

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 41**

23 de janeiro de 2019

(17,28 h – 22,12 h)

**Ordem do dia:** Audição do Eng.º Henrique Gomes,\* Secretário de Estado da Energia e da Inovação, entre 2011 e 2012

**Presidente da Comissão:** Emídio Guerreiro

**Deputados:**

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

\*Apresentação em PowerPoint

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

*Eram 17 horas e 28 minutos.*

Temos, hoje, a audição do Sr. Eng.º Henrique Gomes, que exerceu funções enquanto Secretário de Estado da tutela entre 2011 e 2012.

O Sr. Engenheiro entregou-nos uma apresentação, que vai ser do conhecimento de todos, que, entretanto, foi distribuída mesmo antes da reunião — foi quando ela chegou — e que os Srs. Deputados têm já disponível no vosso *e-mail*.

Tive já oportunidade de explicar ao Sr. Eng.º Henrique Gomes o modo de funcionamento da Comissão, pelo que penso estarmos em condições de dar início a esta reunião. Sem mais demora, dou a palavra ao Sr. Eng.º Henrique Gomes, para a sua apresentação inicial, pedindo-lhe que seja o mais comedido possível no tempo utilizado.

Temos um tempo indicativo de 15 minutos, que tem sido gerido com muita flexibilidade por parte da Mesa, e que hoje o será também, com toda a certeza, mas cabe-me fazer sempre este pedido para que sejamos o mais precisos possível.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes** <sup>1</sup>(Secretário de Estado da Energia e da Inovação, entre 2011 e 2012): — Queria, em primeiro lugar, agradecer a amabilidade. É com muito gosto que volto a esta Casa, passados alguns anos, e que volto a esta sala, ou, pelo menos, a uma sala idêntica.

---

<sup>1</sup> [Apresentação em PowerPoint](#)

Gostava de fazer uma pequena intervenção inicial. Vou ser o mais breve possível e espero que seja útil.

Aproveito, em primeiro lugar, para felicitar a resolução da Assembleia da República, de constituir esta Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento das Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade. Para além da incumbência decorrente da convocatória para prestar depoimento, agradeço a oportunidade para, com a obrigação ética de cidadão informado, partilhar as minhas convicções sobre o assunto e prestar testemunho como ex-governante.

Passo a uma breve declaração de interesses. A minha atividade no setor energético resume-se a um período de 11 anos, de 87 a 98, como administrador da GDP (Gás de Portugal) e a oito anos, de 2004 a 2012, primeiro como administrador e depois como Diretor-Geral, na REN, interrompidos por 9 meses para integrar o XIX Governo Constitucional como Secretário de Estado da Energia. Fora disso não tive, nem tenho, de alguma forma, qualquer interesse económico ou profissional no setor, nisso incluindo quaisquer estudos ou pareceres remunerados.

Desde a segunda metade de 2012 que faço parte da chamada «Tertúlia com Energia», um grupo relativamente aberto e não orgânico, de cidadãos livres e empenhados que comentam e discutem variadas temáticas, nomeadamente a energia, e que se formou por ocasião do seu primeiro manifesto, em 15 de junho de 2010, já então alertando para a necessidade de introduzir racionalidade económica no sistema elétrico português. Vários participantes desse grupo já aqui trouxeram a sua visão e testemunho.

Relativamente à política da energia, estou muito agradecido ao ex-Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, pela oportunidade de ter participado no seu Governo. E lembro-me de, a seguir à recusa inicial do seu honroso convite, ele me ter convencido a aceitar, argumentando que precisava de ter no setor alguém independente. A minha passagem pelo

Governo, em pleno choque da intervenção da troica, trouxe-me a um conhecimento da dimensão dos problemas do setor energético, em especial dos do elétrico, e da necessidade urgente de eliminar os excessos, tornando-o mais eficiente em benefício da economia e das populações.

A energia, setor de capital intensivo e em grande revolução tecnológica, tem uma íntima relação com o ambiente. O problema é descarbonizar a economia, mantendo-a a crescer.

Nessa transformação, a grande redistribuição é económica e está ligada à necessidade de amortizar os ativos existentes, e da economia, e conseguir libertar os enormes meios de financiamento necessários. Esse processo vai ser longo. Privatizados os incumbentes e estando nós integrados na união da energia, considero que o problema político é transversal ao espectro partidário e consiste em garantir a eficiência do setor, otimizando a alocação de recursos da economia e maximizando o bem-estar da população, só possível com um Estado regulamentador e regulador, forte e liberto da influência dos *lobbies*.

Quanto às rendas excessivas e à legitimidade dos seus cortes: criado o MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade) em 2007, nos primeiros 10 anos, até 2017, cerca de 85% da geração de eletricidade fugiu aos seus efeitos, tendo recebido não só as receitas obtidas pela venda de energia em mercado, mas também compensações ou sobrecustos relativos às rendas, no caso dos CAE (contratos de aquisição de energia) e dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual), ou tarifas à PRE (produção em regime especial), de que beneficiaram generosamente. Imunizados do risco de mercado com contratos que asseguram uma rentabilidade estabelecida, ou através de tarifas, as rentabilidades que os produtores obtenham acima das de referência do seu setor são ilegítimas, porque excessivas.

É, pois, obrigação do poder político, garantir a eliminação desses excessos. As externalidades positivas das renováveis justificam claramente

a opção estratégica pelas mesmas, mas não podem ser capturadas pelos produtores para qualquer vantagem adicional.

Os sobrecustos, calculados anualmente pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), são uma medida da ineficiência do setor da produção e deverão ser suprimidos tão rapidamente quanto os contratos, ou a legislação que os suporta, o permitirem. Não havendo, atualmente, razões objetivas para criar novos compromissos, tendencialmente, toda a nova produção renovável deverá ir diretamente a mercado.

Quanto aos preços da energia em Portugal, fora das aplicações fruto de práticas políticas erradas e, muitas vezes, contrárias ao interesse público e ao bem comum, Portugal tem, hoje, na energia, um fator de desvantagem competitiva e degradação da qualidade de vida da população.

Não vou comentar muito os *slides*, para não estar a perder tempo, mas este *slide* (*slide 2*) é relativamente elucidativo, pois, diz-nos, essencialmente, que, para além da incerteza do futuro, o fator que mais preocupa os investidores é o preço da energia. Esse fator é o que maior distância tem, relativamente à média europeia. É aquilo que mais preocupa os investidores portugueses.

Também relativamente ao aspeto social, a pobreza energética é muito elevada, estamos acompanhados do Chipre e da Grécia (*slide 3*).

Desculpem repetir outra vez, mas, logo a seguir à incerteza sobre o futuro, os preços da energia são o fator de longo prazo que mais preocupa 81% dos investidores em Portugal — independentemente da dimensão das empresas e, em especial, nos segmentos da produção industrial e dos serviços — e que mais se afasta da média europeia.

Tirando a Grécia e Chipre, Portugal tem das maiores taxas de pobreza energética, com 30% da população a viver em casas insalubres e 22% não conseguindo aquecê-las adequadamente.

Todas as três grandes fontes de energia à disposição dos consumidores — combustíveis líquidos, gás natural e eletricidade — têm, entre nós, os preços mais elevados da União Europeia (*slide 4*). Preços elevados da energia estão negativamente correlacionados com o crescimento económico.

No que respeita à evolução dos preços e ao custo da eletricidade, se analisarmos a evolução dos preços da eletricidade em Portugal, no período de 2007 a 2017, relativo aos preços domésticos com IVA (imposto de valor acrescentado), verificamos que perdemos competitividade em todas as classes e tipos de consumo (*slide 5*). Se nos compararmos com a média europeia, verificamos que as taxas de crescimento anual médias, ao longo desse decénio, com IVA, os preços dos escalões domésticos têm taxas cerca de 10% mais altas do que a média europeia.

Porém, no escalão mais baixo, aquele que vemos ali à esquerda — a cinzento está a União Europeia e nós estamos a azul, e o primeiro escalão está à esquerda e é aquele par — verificamos que, ao longo da década, este, o escalão mais baixo, subiu a 7,5%, juros simples, porque depois os compostos dão o fator de 2,06, portanto, mais do que duplicaram em 10 anos. É o escalão mais baixo mas, felizmente, é também o escalão que beneficia das taxas sociais e dos apoios. Temo que esse apoio tenha sido absorvido pelos aumentos.

Vou passar este *slide* (*slide 6*) muito rapidamente, com a evolução dos preços sem o IVA, para vermos qual é o efeito da subida do IVA, portanto. Se não fosse o efeito da subida do IVA. Mesmo assim, com o IVA tradicional, tínhamos saído de uma situação que era paralela com a da União Europeia, eventualmente até do escalão mais abaixo e tínhamos ultrapassado sempre as médias. O efeito do IVA é claro mas, só por si, não evitava que nós não tivéssemos ultrapassado as médias europeias, ao longo dessa década.

Finalmente, na parte industrial, e contrariamente àquilo que é o senso comum, os preços dos escalões industriais subiram em todas as classes, mais do que os do doméstico sem IVA, e cerca do dobro dos da União Europeia.

Deixo duas notas. É curioso observar que, nos escalões de referência mais representativos, os que aparecem nas notícias — já agora, vou voltar atrás (*slide 5*), são aqueles do meio é o terceiro escalão, a começar de cima, são os que normalmente aparecem nas notícias —, na indústria e para o doméstico, estes são aqueles que subiram relativamente menos. É curioso mas denota uma preocupação. Apesar destes aumentos, há muitos custos reconhecidos que não se conseguiram passar ainda para os consumidores. O *stock* da dívida atual está em 3,6 mil milhões de euros.

Depois, tenho aqui vários gráficos, que vou passar muito rapidamente, no entanto, chamo a atenção para os que são elaborados pela ERSE.

A ERSE, desde o ano passado, passou a fazer um relatório de interpretação relativamente aos preços que nos chegavam do Eurostat, em que misturava tudo: taxas, impostos, etc.

Vemos que (*slide 9*), no caso de Portugal, a diferença das duas linhas são os impostos, o resto são os CIEG (custos de interesse económico geral), os sobrecustos. Este é um gráfico ERSE.

Para a indústria (*slide 10*) temos também a mesma coisa. Reparem que a nossa posição relativa é lá para cima, como sabemos, e temos então os excessos da remuneração da produção.

Como introdução chamo a atenção para o facto de o recente relatório da ERSE, de setembro último, denominado *Instrumentos para Participação da Oferta e da Procura na Gestão do Sistema Elétrico Nacional*, concluir o seguinte: «Na aferição das condições específicas de sustentabilidade de alguns dos mecanismo orientados para a oferta,...» — portanto, de produção — «... pode concluir-se que subsistem, na realidade nacional, situações distintas. Por um lado, para os produtores com remuneração garantida ou

enquadrada por um mecanismo legal ou regulatório, apresentam genericamente valores de TIR (taxas internas de rentabilidade) superiores aos respetivos WACC (Weighted Average Cost of Capital), portanto, excessos, ou, quando muito, valores aproximados. No caso específico da PRE, com tarifa garantida, os valores da TIR estão, muito claramente, acima dos WACC da atividade ou de tecnologia.

Por outro lado, para os produtores em regime de mercado conclui-se a existência de um desincentivo à própria operação, no caso das tecnologias térmicas. Quer isto dizer que os excessos na produção que é protegida desincentivam aquela produção que está em mercado, porque não tem condições de mercado.

Depois, ainda se diz: «na medida em que se observam TIR inferiores aos correspondentes do WACC.»

Para os restantes casos, as centrais hídricas ou celulares fotovoltaicas, os valores da TIR e o WACC estão relativamente alinhados e, portanto, aqui não há problema.

Quanto aos CAE, os dois CAE existentes foram assinados com Tejo Energia e a Turbogás, dois *project finance*, em resultado dos concursos internacionais e têm taxas de remuneração razoáveis.

A segurança jurídica dos concursos, a rigidez negocial derivada da complexidade dos seus contratos com os respetivos sindicatos financeiros e a inexistência de qualquer vantagem com o princípio da neutralidade financeira numa eventual transformação dos CMEC explicam a manutenção dos CAE.

Várias vezes tenho ouvido a pergunta acerca de por que é que os CAE não passaram para CMEC. Para mim, há estas razões que são relativamente pacíficas, são naturais.

Por ocasião da conversão da moeda para o euro talvez tivesse havido uma oportunidade para ajustar as taxas às novas condições de risco, mas nada aconteceu.

As TIR estão claramente acima dos seus WACC, portanto, há aqui rendas excessivas mas os contratos são o que são.

Quanto aos CMEC, os CAE da EDP tinham tido origem num ato administrativo diferente do do concurso público e o Estado, que a detinha na totalidade nessa altura, continuava acionista na passagem para os CMEC. Porém, como salientou o regulador na ocasião da preparação do Decreto-Lei n.º 240/2004, a extinção dos CAE por força da transposição da Diretiva 2003/54/CE, alterava as circunstâncias remuneratórias previstas no Decreto-Lei n.º 183/95, mas o respeito pelos direitos legitimamente constituídos, ainda que modificáveis de acordo com as circunstâncias, constituíam uma obrigação do Estado, tendo a esta luz plena justificação legal a previsão dos CMEC e a sua conseqüente consagração legislativa.

Mais: dizia que essa obrigação se cumpria em absoluto pela manutenção do equilíbrio associado à reparação dos danos emergentes à extinção dos CAE e que não existiria equilíbrio se o diploma conferisse prerrogativas para além daqueles contratos.

O regulador também pedia clareza e simplicidade no diploma em causa e questionou a prorrogação do prazo das licenças, nomeadamente das hidroelétricas.

À luz dos princípios de liberalização e da concorrência, chamou a atenção para o facto de o diploma não definir a taxa das rendas, aumentando a incerteza associada à discricionariedade de decisões futuras. Só garantindo perfis de pagamento financeiramente equivalentes entre CAE e CMEC e utilizando a mesma taxa na atualização dos valores a pagar pelos CAE e no cálculo das receitas previstas nos CMEC se poderia garantir o equilíbrio.

No final, o equilíbrio contratual foi grosseiramente violado. Não admira, pois, que a sua TIR esteja também bastante acima das duas WACC, portanto, com excessos.

São vantagens da EDP em detrimento dos consumidores as seguintes, e refiro apenas exemplos: sobrerremuneração dos CAE avaliada em 320 milhões de euros, dos quais já corrigidos cerca de 120 milhões; extensão do domínio hídrico, 400 milhões; sobrecompensação dos serviços do sistema no período de 2009 a 2014, 60 milhões, segundo o estudo que foi desenvolvido pela Brattle, a pedido do Governo; concessão do controlo monopolista da capacidade de bombagem, que é um *asset* que tem um valor incalculável para fazer a arbitragem do sistema e quando há excessos da produção eólica a baixo valor — e, na prática, o Estado passou o monopólio para a EDP — é um valor que não está determinado e que, sob o ponto de vista estratégico, é um valor incalculável; compensação relativa a Sines, mais ou menos, e dependendo das taxas de carbono e de muitas incertezas, podemos estar a falar de algo como 500 milhões de euros.

Nota: só em 2018, no ano que passou, podemos estimar as margens operacionais em termos de EBITDA das barragens em 625 milhões de euros e da central de Sines em 125 milhões. Refiro o EBITDA destas duas atividades. São destes valores que estamos a falar relativamente àquilo que foram os CMEC.

Quanto à PRE (produção em regime especial), é o setor mais pesado em termos de sobrecustos, pois já recebeu do Sistema Elétrico Nacional um valor acumulado de 12,5 mil milhões de euros, nele incluídos 6000 milhões relativos à eólica.

O preço médio da eólica, em 2018, foi de 97,5 euros/MWh, já com o efeito da aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2013. Verifica-se também — porque se compara com estes 97 € — que nos últimos 10 anos e em termos reais o preço desceu 4 €/MWh, o que é muito preocupante sob o ponto de

vista do consumidor e é revelador de como passou incólume à pressão da redução de custos. Em todos os países europeus o abaixamento destas taxas está nos dois dígitos, à vontade.

O estudo recente da ERSE atrás referido expõe as suas confortáveis rentabilidades. No entanto, vale a pena mencionar dois factos: o Decreto-Lei n.º 35/2013, que pessoalmente avalio de risco muito alto para os consumidores, foi pretexto na ocasião para isentar o setor da ACESE. Se, em Portugal, os consumidores tivessem pago, em 2014, 2015 e 2016, a energia eólica ao preço médio que a EDP Renováveis recebeu em Espanha, teríamos poupado 1131 milhões de euros. Quem beneficiou dos excessos? Os excessos beneficiaram não só os acionistas e as cadeias de valor em que se integram as suas empresas mas também os seus agentes.

Na PRE, com centros geradores mais pulverizados, as maiores mais-valias já se esfumaram nas primeiras e frequentes transmissões de propriedade. Tenhamos consciência de que muitos dos operadores atuais, eventualmente, não têm rentabilidades muito elevadas porque elas já foram vendidas a montante, tornando rígido para o Estado qualquer tentativa de modificação ou de cortes, porque tem um problema a resolver, quanto mais não seja social e económico.

Quanto à minha passagem pela Secretaria de Estado, diria que nas vésperas de tomar posse, quando falei pela primeira vez com o Ministro Álvaro Santos Pereira, ele entregou-me um relatório da ERSE prevendo a necessidade de aumento dos preços para o ano seguinte de cerca de 12%. Este assunto e o MoU (*Memorandum of Understanding*) iriam marcar a minha atividade, acrescentando o aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) um mês depois, e o aumento, de repente, passou de 12 para 30%, ou mais.

Constituída rapidamente a equipa do Gabinete, começámos a executar o trabalho que, muito rapidamente, diria que foi a criação de um modelo de

equilíbrio de exploração do sistema elétrico nacional e preparação de medidas para, com aumentos reais de tarifas entre 1 e 1,5%, eliminar a dívida tarifária em 2020, nove anos depois. Quase podemos garantir que isto não vai acontecer. Não aconteceram os aumentos e não vai acontecer a eliminação da dívida.

Quanto à extensão da tarifa social ao gás, fizemo-la imediatamente e a criação do ACESE, Serviços de Energia, para eliminar o efeito do aumento do IVA aos beneficiários da tarifa social quer de gás quer de eletricidade, bem como a suspensão da garantia de potência, a montagem do projeto de contribuição para o equilíbrio do sistema elétrico nacional, com uma proposta pronta a entrar no *pipeline* do processo do Orçamento do Estado para 2012, a defesa dos ativos estratégicos na energia, com proposta de diploma e ajustes aos contratos de concessão de gás e eletricidade da REN, trabalhos de revisão e reprogramação do PNAER (Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis) e do PNAEE (Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética) e a reflexão e definição de uma estratégia para o aproveitamento dos recursos minerais.

Quero aproveitar para chamar a atenção para dois aspetos que me parecem relevantes. Em todo o processo de redução de custos, quer na primeira abordagem, com o estabelecimento da contribuição na esfera da discricionariedade do Estado, quer na segunda, da eliminação das rendas excessivas por negociação, nunca se equacionou o rasgar de contratos.

Em segundo lugar, diria que nutro pelo Ministro Álvaro Santos Pereira muita estima e grande admiração pelo seu caráter e entrega à causa pública. Considero que foi um Ministro da Economia acima da nossa normalidade. A nossa divergência sempre foi de tática porque eu pretendia um ataque às questões da energia mais estruturado e frontal cuja única hipótese de sucesso seria o apoio do Sr. Primeiro-Ministro e não acreditava no sucesso de

medidas incrementais. Pelas dificuldades que lhe terei causado me penitencio agora.

Srs. Deputados, para finalizar, estamos a falar de um setor muito concentrado, economicamente muito forte e com elevada assimetria de informação. Neste momento, a função de supervisão do Estado encontra-se estiolada e cerca o regulador.

Aproxima-se uma nova fase de elevados investimentos que, encostados às legítimas inquietações ambientais, atraem muitos interesses, nem sempre legítimos. Apelo, pois, para que potenciem as nossas instituições na proteção do bem comum.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, pela sua apresentação inicial, Sr. Engenheiro.

Hoje cabe ao PSD iniciar a inquirição. Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pedia que, se possível, nos fosse entregue a intervenção do Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Ela está rasurada. Depois posso mandar uma limpa.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Engenheiro enviará então a sua intervenção por *e-mail*, que será distribuída por todos e constará do espólio desta Comissão.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e em especial o Sr. Eng.º Henrique Gomes.

Sr. Engenheiro, iria começar por uma pequena avaliação daquilo que é o seu currículo profissional e os seus interesses nesta matéria.

Na sua intervenção inicial, o Sr. Engenheiro teve o cuidado de referenciar que a sua ligação ao setor se prende com as suas passagens pela EDP, pela REN e depois enquanto Secretário de Estado da Energia e que não tem neste momento qualquer interesse no setor a não ser com a sua participação assídua ou regular numa tertúlia que, além do mais, é um organismo informal.

Nesse seu percurso profissional ligado ao setor da energia, em que circunstancia se cruzou profissionalmente com o Professor Paulo Pinto, com o Dr. Paulo Penedos e com o Eng.º Vítor Batista?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Com o Professor Paulo Pinho encontrei-me quando juntos assumimos a administração da REN, em 2004, de 2004 a 2007. Nunca mais tive relações profissionais com ele, ficámos amigos, somos muito amigos e mantenho o contacto derivado dessa amizade.

Relativamente ao Engenheiro José Penedos, pessoa por quem tenho elevada consideração e estima, encontrei-me quando ele foi Secretário de Estado, era eu administrador da Gás de Portugal, e esse período durou cerca de dois anos.

Entretanto, ele saiu, mudou o Secretário de Estado e, a seguir, também saí da Gás de Portugal. Mais tarde, vim a encontrá-lo como Presidente da REN e foi aí que retomei o contacto. Durante esse período, encontrei-me publicamente com ele numa cerimónia e nada mais. Hoje sou amigo dele.

Relativamente ao Eng.º Vítor Baptista, é parecido. Nunca tinha falado com o Eng.º Vítor Baptista até chegar à REN. Somos amigos. Trabalhei com o Eng.º Vítor Baptista de 2004 a 2012, aqueles anos todos. Com o Prof. Paulo

Pinho não, foi só três anos, era um mandato, mas com o Eng.º Vítor Baptista foi até ao fim, até ele sair.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Até sair da REN?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Até sair da REN.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, podia descrever-nos em que circunstâncias exatas é que deixou de ser Administrador da REN?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Também é relativamente simples. Nunca fui quadro. Nos sítios onde estive, nunca pertenci à estrutura. Fui sempre ou administrador ou, no caso da REN, administrador primeiro e, depois, passei a diretor-geral com contrato a prazo, de três anos e relativamente estável.

Quando saí da secretaria de Estado, pensava que o meu contrato tinha acabado, porque não tinha feito nada quando vim para cá e a minha ideia era reformar-me, já tinha idade para isso. Mas depois de ter estado mais um mês em casa, a descansar, o Presidente da REN, o Dr. Rui Cartaxo, contactou-me e perguntou-me: «Então, não queres voltar à REN?». Respondi: «Quero. Tenho muito gosto nisso, mas o contrato...». E ele respondeu: «Não, o teu contrato está válido, porque nenhuma das partes denunciou o contrário». E voltei à REN.

Naquela altura, o meu contrato acabaria um ano depois, portanto, o horizonte era curto. Estive na REN uma fase boa.

Entretanto, tinha passado o período de nojo da minha saída como Secretário de Estado, estive calado durante esse tempo todo.

Salvo erro, em outubro, o *Jornal de Negócios* convidou-me para dar uma entrevista e dei-a em campo neutro, que foi na Ordem dos Engenheiros, como ex-político. Com declaração de ex-político, dei uma entrevista normal, não tinha nada de especial, mas o jornalista, o Miguel Prado, que não sei se está aqui ou não, a determinada altura perguntou-me se o Dr. António Mexia era um osso duro de roer e eu, para quem não tem experiência, confirmei que sim.

Foi a única coisa que fiz, mas isso caiu mal. Caiu mal na administração da REN e na presidência da REN, porque, eventualmente... Não sei porquê, mas caiu mal. Chamei a atenção para a qualidade em que tinha dado essa entrevista, o que é que tinha dito e que só tinha feito considerações políticas perfeitamente legítimas, mas como havia alguma incomodidade, combinei ali logo, não demorámos muito a entender-nos, e disse: «Se estão incomodados, posso sair imediatamente». Só pedi uma coisa: as condições que tinha até ao final, nem mais ou menos um cêntimo. Disse: «Levo essas condições e vou-me embora». E fui. Vim-me embora e pacificamente, não houve problema nenhum.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, disse «pacificamente» mas foi por razões de natureza política.

Quando alguém acaba por sair de uma instituição ou de uma empresa desta dimensão por ter dado uma entrevista de conteúdo político, é porque foi forçado. E tendo sido forçado a acabar por sair de uma forma pacífica, não deixamos de estar perante uma cessação de contrato que tem eminentemente na sua base uma perseguição política. Mas estas são conclusões minhas, naturalmente.

Sr. Engenheiro, regressemos ao princípio de toda esta história, à temática que estamos a desenvolver, a averiguar e a escrutinar no âmbito desta Comissão Parlamentar.

Comecemos pelo princípio, começemos pelos CAE: como o Sr. Engenheiro tem conhecimento, quando o Eng.º Mira Amaral era Ministro da Indústria e Energia foram contratados os primeiros CAE, mas esses primeiros CAE foram contratados por concurso público e internacional e deles resultou uma taxa de rentabilidade com um *spread* de menos dois pontos percentuais, repito, menos dois pontos percentuais face às obrigações do tesouro de 10 anos da altura, e que sucederam depois, já no Governo liderado pelo Partido Socialista, mais concretamente pelo Eng.º António Guterres. Este, sim, fixou administrativamente uma taxa de rentabilidade para os CAE da EDP — agora estou a falar dos CAE da EDP — e aqui resultava num *spread* de dois pontos percentuais acima, não abaixo, mas acima do resultante das obrigações do tesouro também a 10 anos da altura. Além disso, foi ainda atribuído à EDP um conjunto de direitos e opções relacionados com a continuidade da operação para além do prazo dos CAE.

Portanto, tivemos nos CAE da EDP um benefício de um *spread* de quatro pontos percentuais a mais do que aqueles que estavam previstos para os CAE resultantes dos concursos públicos, ou seja, daqueles que foram contratados pelo Eng.º Mira Amaral, o que terá proporcionado à EDP, estes quatro pontos percentuais, uma renda adicional de mais de 1000 milhões de euros. Isto aconteceu em 1996.

Por isso, Sr. Engenheiro, a questão que se coloca é a de saber se concorda, naturalmente, com este entendimento, se é a partir daqui que se pode afirmar que reside o pecado original e se é aqui que aparece a primeira renda excessiva a favor da EDP.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Gostava de responder com alguma reserva, porque, obviamente, tenho opinião sobre os CAE e os CMEC, tenho acompanhado estas audições, mas não sou um especialista de CAE e CMEC. Na minha atividade quando passei na REN, os meus pelouros foram

essencialmente — ou melhor, foram sempre — os de planeamento da rede, os investimentos, os recursos humanos e, também, a parte da rede de investimentos relativamente ao gás. Portanto, o meu conhecimento relativamente a estas matérias é relativamente fraco.

Mas, obviamente, de um contrato decorrem direitos e obrigações e esses direitos estão lá. Portanto, a rentabilidade dos CAE está assegurada. Se a rentabilidade assegurada é alta ou não, temos de ver, relativamente à altura, qual é o *benchmark*. Não sei...

Mas também acho interessante dizer-lhe uma coisa, que tive o cuidado de andar a ver: é que pode ser verdade que há esse benefício excecional e eventualmente excessivo, mas, se olharmos para as privatizações — e teremos a oportunidade de falar em privatizações no decorrer desta sessão —, nem todo o valor potencial desses excessos foi retirado nas privatizações, porque nas duas primeiras OPV (ofertas pública de venda) que foram feitas, a procura excedeu 36 vezes a oferta.

Portanto, o preço não foi claramente... O potencial não foi retirado todo.

Relativamente ao *benchmark*, e voltando agora atrás, se estas taxas são mais elevadas, obviamente há um excesso.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — É que, de facto, não são comparáveis e, por vezes, há quem tente misturar estes dois tipos de CAE.

Os CAE da Turbogás e da Tejo Energia não têm rigorosamente nada a ver com os CAE que vieram a ser celebrados com a EDP, estes, sim, já em 1996, sendo, na altura, Primeiro-Ministro o Eng.º António Guterres. Estes resultaram efetivamente em benefícios para a EDP.

O Sr. Engenheiro começou inicialmente por não querer assumir que aqui poderia resultar uma renda excessiva, mas admite que há, pelo menos, a possibilidade de haver algum excesso. Aliás, tinha inferido que era

exatamente esse o seu pensamento, que já os CAE da EDP, celebrados em 1996, tinham conduzido às rendas excessivas, quando nos apresentou um dos *slides*.

Entramos então, novamente, na matéria das rendas excessivas. No dia 16 de novembro de 2011, o Sr. Eng.º Henrique Gomes deu uma entrevista ao jornal *Diário Económico*, em que até uma das suas afirmações serve de título a essa mesma entrevista, dizendo assim: «É preciso eliminar os apoios excessivos à produção energética».

Sr. Engenheiro, terá sido esta, talvez, a primeira vez, pelo menos publicamente, que se aludiu à existência do que agora foi convencionalmente denominado de «rendas excessivas» no setor eletroprodutor?

Repare bem: «É preciso eliminar os apoios excessivos». Julgo que terá sido esta a primeira vez que alguém o terá aludido de uma forma pública e aberta e essa responsabilidade é do Sr. Eng.º Henrique Gomes enquanto Secretário de Estado da Energia.

Aceita essa autoria?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Aceito, não posso deixar de a aceitar, ainda que não me lembrasse dessa entrevista.

Para mim, a primeira vez que me tinha aparecido «rendas excessivas» foi quando, na decorrência do segundo *review* do MoU, em novembro, foi introduzida uma nova medida, a 5.15, onde se fala claramente nas rendas excessivas.

Mas que havia excesso ou rendas excessivas, com certeza existiam, não é?!

Não sei se sou o pai ou se sou a mãe, mas...

*Risos.*

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Naturalmente, não atribuía a autoria ao Sr. Engenheiro das rendas excessivas, mas diria que é o autor, ou seja, aquele que provavelmente falou pela primeira vez em público e enquanto Secretário de Estado em excesso. Daí ter resultado, mais tarde, aquilo que se convencionou chamar «rendas excessivas».

Sr. Engenheiro, é do seu conhecimento a carta de intenções que o Governo português remeteu à troica, a 9 de dezembro de 2011. Era nessa carta de intenções que o Governo menciona a existência de rendas excessivas no setor da energia. Lembra-se disso?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Quando diz «carta», é a revisão do MoU, porque, no fundo, a revisão do MoU... As revisões são isso.

É um documento que é assinado, não é imposto pela troica, pelo menos não formalmente, mas é assinado pelo Governo português, portanto, pelo Ministro das Finanças e pelo Governador do Banco de Portugal, que comprometem o Estado perante a troica. Esse documento é de iniciativa nossa.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sim, naturalmente.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Esse documento, de facto, tem uma medida que foi, obviamente, negociada nessa revisão pelo Governo com a troica e está respaldada nessa revisão. É a medida 5.5 que é uma medida *benchmark*.

Portanto, tudo o que lá está tem de ser rigorosamente cumprido, sob pena de eventualmente haver uma crise grave relativamente à troica.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, chamei à colação esta carta de intenções do Governo, porque a entrevista que deu ao

*Diário Económico*, onde fala do excesso, é do dia 16 de novembro e esta carta de intenções, que volta a falar de rendas excessivas no setor da energia, é do dia 9 de dezembro de 2011. Portanto, menos de um mês depois, aparece esta referência.

A pergunta que quero fazer-lhe, ainda sobre esta carta de intenções, que conduziu, como referiu, e bem, à revisão do Memorando de Entendimento, é a seguinte: quem é que introduziu, nesta carta de intenções, esta circunstância das rendas excessivas?

É que, Sr. Engenheiro, deixe-me lembrar-lhe: na versão original do Memorando de Entendimento essa expressão não existe. Passou a existir a partir do momento em que há esta carta de intenções, sendo o Sr. Engenheiro Secretário de Estado da Energia.

Pergunto-lhe se a inclusão desta expressão é da autoria do Sr. Engenheiro, à época, Secretário de Estado, ou, se não é, quem é que a introduziu.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Minha não é, porque eu não tinha contacto com as negociações, nem com a elaboração... Além do mais, essa é uma carta que é resultado da interação entre o Estado e a troica, mas é o Estado que a escreve. Portanto, como é óbvio, não é minha.

Depois, perguntou-me... Peço desculpa, esqueci-me da pergunta. Importa-se de repetir?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, relativamente à expressão que passa a constar desta carta de intenções, sendo o Sr. Engenheiro Henrique Gomes, então, Secretário de Estado da Energia, e tendo dado uma entrevista em que é a primeira pessoa, em termos de governantes e em termos públicos, a falar de excessos, o que lhe perguntei foi se esta expressão incluída nesta carta de intenções, que haveria de

conduzir à revisão do Memorando de Entendimento e à sua inclusão na primeira revisão, é da autoria do Sr. Engenheiro, isto é, se foi o Sr. Engenheiro que impôs que nesta carta de intenções constasse esta expressão, e, se não foi, quem é que terá, então, inserido esta menção nesta carta.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não faço a mínima ideia, não tinha acesso... Estive numa reunião da revisão, fui convocado para essa reunião. Nessa reunião, estavam representantes do Ministério das Finanças... Eram para ter ido também a essa reunião o Secretário de Estado Carlos Moedas, a Secretária de Estado das Finanças, Maria Luís Albuquerque, mas acabei por aparecer só eu, apesar de estarem lá os representantes dessas áreas. Portanto, limitei-me a ir à reunião, levar os meus técnicos e responder às perguntas. Não tinha qualquer acesso... Normalmente, essas coisas eram tratadas através de relação direta, penso, entre o Primeiro-Ministro e o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Carlos Moedas.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Para concluir este capítulo, Sr. Engenheiro, e também para concluir a minha intervenção, Sr. Presidente, quero ainda colocar outra questão. Poucas semanas após a troica ter chegado a Portugal, isto é, antes da assinatura do Memorando de Entendimento, a troica tinha já um diagnóstico sobre a situação do Setor Elétrico Nacional (SEN) e um conjunto de medidas definidas para implementar. Sei que não é do tempo do Sr. Engenheiro, mas acha que foi a Secretaria de Estado que informou a troica da realidade e da particularidade do nosso setor elétrico português? E foi a troica ou o Governo português quem acabou por fazer incluir no Memorando de Entendimento, na versão original, todo um conjunto de medidas que hoje conhecemos?

Na sua opinião, e eventualmente das conversas que terá tido com colaboradores, com outros responsáveis da Administração Pública, quem é

que terá tido a ideia de incluir estas medidas? Terá sido a troica, ou terá sido o Governo de então?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não faço ideia. Mas vamos lá ver: o MoU fala dos custos da energia e do problema da energia. O discurso de posse do Primeiro-Ministro fala, claramente, nos custos de contexto, ao dizer que é preciso eliminar os custos de contexto.

O Programa do Governo — não sei agora em que termos porque também não tive acesso — de certeza que também falava. Portanto, a preocupação era essa — aliás, essa era já a preocupação do Ministro Álvaro Santos Pereira. Ao chegar ao Governo, a necessidade de aumento das tarifas era de 12%. Passado um mês, na primeira revisão da troica, aumenta-se o IVA. Assim sendo, não é natural que se olhe para os custos e se perceba a situação em que nós estávamos?

Mais, quando nós chegámos, não havia nenhum modelo de equilíbrio do sistema, fizemo-lo nós. A troica acompanhou isso e sabia isso, porque estavam lá as medidas e queria que fossem eliminados os custos, ainda que não falassem naquela altura em «excessivos».

O modelo foi feito, é conhecido, veio a esta Casa várias vezes — aliás, das várias vezes que vim a esta Casa, trouxe o modelo e expliquei isso. Expliquei em que situação estávamos e que, se não fizessemos nada... Isso não era público? A sensibilidade sobre os custos e que os custos eram excessivos, isso não começou a ser público?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, em nome do Partido Socialista, o Sr. Deputado Hugo Costa. Dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Engenheiro Henrique Gomes, que foi Secretário de Estado da Energia,

durante nove meses, e cujo percurso profissional já foi aqui afluído. O meu primeiro leque de perguntas tem a ver com este período.

O Governo de que V. Ex.<sup>a</sup> fez parte estava comprometido com o Memorando de Entendimento já aqui citado, em que falavam de rendas excessivas. Pode dizer-nos, se se recordar, quais eram os objetivos de cortes na área da energia? E qual era a posição das empresas energéticas, nomeadamente da EDP, sobre os respetivos cortes?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Quando nós chegámos, a preocupação foi a de saber como é que se equilibrava o sistema, que estava perfeitamente desequilibrado, quais eram as obrigações, como é que projetávamos essas obrigações no futuro, onde é que estavam as receitas — as receitas que eram as tarifas —, quanto é que tínhamos de receber. Portanto, foi montar o modelo e conhecer o modelo.

Depois de conhecer o modelo e de saber quais eram os desequilíbrios, a preocupação foi a de tentar identificar medidas para eliminar a prazo os excessos e equilibrar. E o nosso objetivo político passou a ser o de os custos, até 2020, em termos reais, não subirem mais do que de 1% a 1,5% e de, quando chegássemos a 2020, não haver défice. Esse era o nosso objetivo.

Para lá chegar, havia várias medidas e andámos a preparar algumas delas. Por exemplo, uma das medidas era esta: já que os custos, relativamente às emissões de CO<sub>2</sub>, eram produzidos no seio do sistema energético e penalizavam porque, sendo incorporados os custos dos produtores, aumentavam, a ideia era que parte desses custos, cerca de 80%, revertesse não para um fundo de carbono para outras atividades, mas para o setor — até porque, sendo parte substancial desses custos gerados pela PRE, isto é, pelas renováveis, fazia todo o sentido que parte desses custos (e na hora apontámos para os 80%) revertesse para o setor. Esta foi uma medida que identificámos e que era importante.

Depois, havia outras medidas, que eram a garantia de potência, pequenos cortes, etc. Até que chegámos — aliás, chegámos muito rapidamente — à necessidade de ter uma contribuição sobre o sistema. Essa contribuição, se bem me lembro, era sobre o potencial de geração — e não sobre a geração porque isso era considerado um imposto normal, era mais um imposto —, foi calibrada e, se não me falha a memória, mas não tive tempo para rever (aliás, pedi há pouco para mo dizerem e talvez no decurso desta tarde venha a sabê-lo), era uma contribuição que rondava os 300 milhões de euros por ano e envolvia todos os produtores menos os miniprodutores da microgeração e da minigeração, e todos aqueles que tivessem contratos ou tarifas que tivessem vindo de leilões ou de algum sistema de mercado. Tudo o resto sofreria a contribuição.

Não sei se me estou a esquecer de alguma, mas as medidas eram essencialmente estas: garantia de potência, contribuição e mais algumas coisas pequenas. Portanto, com isso, nós conseguiríamos fazer o equilíbrio e eliminar o défice.

Estamos a falar de 2011, pelo que a nove anos de distância de 2020.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, questioneei-o sobre como foi a aplicação dessas medidas e como é que os produtores do sistema reagiram a essas medidas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Bom, a aplicação dessas medidas não chegou a ser feita. Todo o pacote legislativo foi entregue com pareceres, com projetos, com tudo, ao Governo para entrar, a tempo, no *pipeline* da discussão do Orçamento do Estado. Mas depois...

Quanto às negociações, nós contactámos todos os afetados e explicámos a ideia. Chegámos a ter um compromisso informal relativamente às renováveis, não com a associação, mas com pessoas influentes e

representativas da associação. Na cogeração, havia boa vontade para nos acompanhar porque nós não queríamos... Nós tivemos o cuidado de calibrar a contribuição, sabendo que não podíamos «matar» ninguém ou «ferir» economicamente ninguém, não era esse o nosso objetivo. O nosso objetivo era retirar — e, naquela altura, não tínhamos determinado os excessos — aquilo que nos parecia, pelo senso comum, que era o excesso, senso comum este, se quiser, qualificado pelos técnicos, mas não passava disso porque não tinha havido contas. Mas havia claramente margem para fazer isso.

Portanto, quanto às eólicas, chegou a haver. Relativamente à cogeração, havia disponibilidade. Faltava-nos o maior operador, a EDP, que passou o mês de setembro connosco, a olhar para o modelo, a verificar como é que tinha sido montado, qual era a lógica, a parametrizá-lo, etc. E nós acompanhámos e correu muitíssimo bem. Trabalhámos uma série de simulações relativamente aos *inputs*, portanto, a inflação, o crescimento, etc., até que chegámos ao fim, trabalhámos uma série de simulações relativamente aos *inputs*, portanto, a inflação, o crescimento, etc.

Depois, chegámos ao fim, e, obviamente, dissemos que eles eram otimistas, eles diziam que nós éramos pessimistas e que a inflação não era 1,5%, que era 2%. As coisas normais, lembro-me perfeitamente.

Mas conseguimos encontrar uma zona comum, portanto, um consenso relativamente ao modelo, o modelo estava validado para ambas as partes.

Aquilo com que nunca concordámos foi com a necessidade de subir só para 1,5%, com duas coisas, por que é que não se subia as tarifas para 2% em todo o ano — quando falamos em subir para 2%, não estamos a falar de um ano, é para todo o ano, ou 1,5% é para toda aquela época. Por que é que havia necessidade de eliminar o défice, se o défice fosse pequeno não havia mal nenhum, etc. Nós não, nós queríamos eliminar.

Paralelamente, em cima da mesa, começam a aparecer uma série de alternativas que nós rejeitámos, porque todas as alternativas que nos

apresentaram, em nosso entender, eram paliativos e coisas que aliviavam o curto prazo, mas que não forçavam nada, portanto, a recuperação desses rendimentos, estavam mais além. Nós nunca aceitámos esse princípio. Com a EDP, com quem era fundamental haver acordo, não chegámos a acordo.

Não sei se respondi a tudo?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Sr. Engenheiro, em 2012, numa declaração ao *Jornal de Negócios*, terá dito «ao excessivo poder de mercado e de influência da EDP, o Estado tem de impor o interesse público, é uma questão de soberania.»

Posso deduzir pela não aplicação das leis que o Estado não se conseguiu sobrepor a essa empresa? É isso que podemos implicar?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Desculpe, pela não aplicação das leis?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Por não conseguir passar essas medidas com a EDP, podemos deduzir que o Estado não se conseguiu sobrepor ao nível do interesse público?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Estávamos num período delicadíssimo na pós-privatização. Aliás, a minha resposta se bem me lembro, vem a seguir a uma pergunta. Tinha dito que tínhamos de negociar, que iríamos negociar, e a pergunta, se bem lembro é «então, e se não chegarem a acordo?». Se não chegarem a acordo numa negociação, para mim, poria à frente o interesse público, obviamente. Obviamente, para mim!

Não tenho a veleidade de ter todo o panorama, toda a *picture*, e todo o contexto. Obviamente que o Governo o teria, não na minha área, mas olhando para a minha área só, não tenho dúvidas em entender isso, mas é

preciso ver qual o contexto em que foram escolhidos, e eu não conheço isso. Portanto, aceito!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Sr. Engenheiro já falou aqui do processo de privatização. Pergunto-lhe se conhecia a posição de outros membros do Governo sobre estes cortes, e sobre a tentativa destes cortes, nomeadamente, da pressão do Sr. Ministro das Finanças da altura, o Dr. Vítor Gaspar, ou também, por exemplo, do, na altura, Secretário de Estado Carlos Moedas sobre este assunto.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, não tinha conhecimento, porque não tinha contactos. Tive algumas reuniões, poucas, com os dois, muito poucas, aliás, duas... três, com o Sr. Ministro das Finanças, três... e com o Secretário de Estado Carlos Moedas, eventualmente, uma só. Portanto, não tínhamos, falávamos muito era com os gabinetes.

Agora, perdi-me. Peço-lhe desculpa, mas perdi-me.

*Pausa.*

Portanto, não contactava, não sei. Mas, das reuniões que tive, o Ministro das Finanças, o Dr. Vítor Gaspar, não me pareceu muito apoiante dessa ideia.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, quer dizer que o Dr. Vítor Gaspar, muito possivelmente, numa tentativa de aumentar o ativo... O Sr. Engenheiro faz parte até de um grupo de cidadãos que, alguns deles, colocaram aqui o «embelezar a noiva», o «engordar o porco»... Havia um objetivo de privatização, e o Dr. Vítor Gaspar não queria que esse objetivo fosse prejudicado, era isso?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Se esse foi o objetivo, não era inteligente, porque a melhor maneira de fazer uma privatização, era com a casa limpa.

Ainda hoje há tensões neste setor porque a casa nunca foi limpa, os excessos continuam e os reflexos desses excessos estão à vista, com a dívida, e só o facto de haver dívida cria uma pressão sobre o aumento de preços, enquanto ela existir, sempre enorme.

Essa não foi uma atitude inteligente. Se esse era o objetivo, não foi inteligente.

A única maneira correta de fazer as coisas era limpar, porque tínhamos limpo isto, calmamente, tínhamos entrado na privatização, calmamente, e com o setor, potencialmente, em equilíbrio, sempre o disse.

E disse mais uma coisa, que também é pública, disse que, naquela altura, a contribuição, para além disto, era das poucas oportunidades que o Governo, naquela altura, teria para aliviar a economia e o esforço da população. Foi como acabou uma reunião longa de defesa da contribuição com o Ministro das Finanças, com o meu Ministro e com o Carlos Moedas.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Referiu que não teria sido inteligente essa tomada de posição do Dr. Vítor Gaspar ou do Dr. Carlos Moedas, mas, na sua opinião, foi por isso que essas medidas não avançaram?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Na minha opinião, talvez tenha sido por isso, há aqui várias coisas.

A iniciativa de uma medida destas normalmente não cai bem, se é fora do Ministério das Finanças. As Finanças estavam muito sobrecarregadas com uma preocupação legítima e, portanto, não quis perturbar a privatização.

Há toda uma coisa que não consigo estar... Mas continuo a não perceber a racionalidade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda no tempo em que o Sr. Eng.º Henrique Gomes foi Secretário de Estado encomendou um estudo que acabaria por ter como anexo o de uma consultora de Cambridge, já muito citado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queria questionar-lhe porque é que encomendou esse estudo, que relevância é que lhe foi dada pelo, na altura, Ministro Professor Álvaro Santos Pereira, pelo Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho.

Quero dizer também que esse estudo já foi muito criticado aqui nesta Comissão de Inquérito, porque colocava uma taxa de juro de rentabilidade dos CMEC de 14%, face aos 7,5% previstos.

Gostaria que comentasse esta situação.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Começando pelo fim, porque a memória não está assim nada...perco-me relativamente às perguntas.

Essa taxa, ou uma taxa muito parecida, foi recentemente confirmada. Ela, para já, tem ligeiras diferenças porque, entretanto, houve medidas que foram tomadas e que baixaram a rentabilidade, mas a ERSE confirmou-a no seu estudo, muito recentemente. Anda lá perto!

O estudo foi montado, o estudo foi necessário para responder à medida 5.15 de *benchmarking*, que obrigava, determinava que se identificasse, por todas as naturezas de geração de energia, quais eram os excessos e quais eram as medidas que propúnhamos, que o Estado propunha, para eliminar esses excessos.

Devo dizer o seguinte, duas coisas ou uma coisa só. Tivemos conhecimento da medida 5.15 por volta de entre 10 e 15 de dezembro, que

foi quando se conheceu a... Tínhamos de responder até 31 de janeiro, metendo-se o Natal, etc.

Como é que conseguiríamos fazer isso sem determinar quais eram as rentabilidades? É que nos mandavam saber qual era o excesso, para saber o excesso, quais eram as rentabilidades que eles tinham e quais eram as que deviam ter, portanto, era comparar as duas coisas, naquela miríade de produções e de tecnologias.

Tivemos de montar uma máquina e, na parte dos CAE e dos CMEC, pedimos para arranjar o *benchmarking*, porque só eles é que têm bases de dados, só esses consultores internacionais é que têm essas bases de dados atualizadas para cada natureza de negócio, etc.

Arranjámos a CEPA (Cambridge Economic Policy Associates), portanto, Cambridge, a AT Kearney, também para fazer as renováveis. Depois, o resto, foi com a prata da casa. Tivemos o apoio da equipa da ERSE na determinação das rentabilidades dos CAE e dos CMEC. Depois, — aproveito para dizer isso — também anexámos um pequeno anexo, só para tirar uma dúvida relativamente ao que fazer com os cortes. Essa é uma dúvida que teríamos e que seria necessário politicamente, não é uma dúvida que os economistas tenham, que é como é que se faz a otimização da alocação de recursos. É ficar na dúvida — porque há sempre uma zona de dúvida, isto não é uma matemática certa, há uma zona de incerteza — sobre se esse excesso deve ficar para o produtor ou para os consumidores?

Nessa dúvida, a alocação mais ótima é pô-lo na parte dos consumidores. É um anexo que pedimos e que o Professor João Confraria fez. Portanto, isso é o estudo.

O ataque ao estudo é natural, é natural. Houve um ataque a esse estudo, houve ataque à extensão do domínio hídrico, etc..

Essa metodologia, a metodologia do WACC, é seguida quase universalmente na Europa, quase universalmente. Posso dizer-lhe onde,

tenho aqui alguns papéis sobre isso e ainda agora... É aqui na ERSE, continua a ser na ERSE, é em Espanha, e muito recentemente foram atualizadas, utilizando o WACC, as remunerações da eólica e das produções térmicas.

O consultor e o cuidado de fazer o *benchmark* foi feito. Portanto, as críticas, cada um faz a sua crítica, não quer dizer que eles tenham razão. Na minha opinião, não têm.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Além da questão das críticas, questionei-o sobre qual foi a relevância que foi dada pelo Ministro Álvaro Santos Pereira e pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho ao estudo.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O Ministro teve conhecimento, viu o estudo, etc. e enviou-o para o Sr. Primeiro-Ministro, dentro da data. Nós andámos a correr, tivemos muito pouco tempo naquela altura, andámos a correr, e entregámo-lo. Depois, não sei.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas teve conhecimento da existência de outro estudo, entregue mais ou menos na mesma altura, ou não?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Qual outro estudo?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O estudo da NERA (NERA Economic Consulting), que é referido em diversos locais.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Da REN?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Da NERA.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, há um estudo que não conheço.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas esse estudo da NERA foi aquele que foi aplicado pelo Governo?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eu julgo que não. No meu tempo, não.

Repare que a entrega do estudo foi em 31 de janeiro e eu saí um mês e tal depois.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação à sua demissão — e já que passou diretamente para a sua demissão, podemos falar um pouco desse assunto —, na altura demitiu-se alegando motivos pessoais e familiares que são, certamente, compreensíveis, mas existiu também depois um conjunto de notícias e de contra notícias sobre o mesmo assunto. Por isso, gostava de lhe perguntar o motivo da sua demissão.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Pois, os motivos familiares estão lá. Nós não tivemos nove meses de passeio, não é?! Portanto, é natural que estejam lá. Agora, de facto, havia vários problemas, mas, naquela altura, o problema chave na energia naquela altura, o problema principal era o setor elétrico estar descontrolado e dois, três anos mais tarde tinha uma dívida que era superior a 5000 milhões de euros — 5000 milhões! Portanto, quase duas vezes a dívida do setor da saúde aos fornecedores, quase duas vezes! Esse era o problema.

Já não me recordo da outra pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Por que é que se demitiu?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sobre a razão por que me demiti, oiça, Sr. Deputado, nós tentámos pôr uma contribuição em cima e, nessa altura, essa contribuição não foi feita. Curiosamente, depois aconteceu uma coisa parecida, passados uns dois anos, parecida, mas que não era igual. Portanto, essa via estava esgotada.

A outra via era a da negociação. A medida 5.15 obrigava-nos depois a cortar, a arranjar as medidas e a cortar. Como é que se cortava? O que nós fizemos foi prepararmo-nos para negociar, porque essas eram as indicações e o enquadramento que tínhamos, portanto, não se podia fazer nada unilateralmente, porque tinha acabado de haver a privatização e isso é compreensível. Portanto, o que tínhamos a fazer era negociar. Como? Era difícil. O que preparámos foi uma equipa negociadora, com três entidades. Preparámos o material e o material base era o relatório que tínhamos, estava identificado e estava lá o nosso alvo, que era eliminar aquele valor ou aproximarmo-nos dele e, portanto, estávamos prontos para começar a negociar.

Agora, uma coisa é certa, a opinião pública tinha de saber ou devia saber quais eram os excessos — Pronto! E cada vez que eu falava nos excessos ou nas rendas excessivas, etc., o Ministro ficava muito atrapalhado e dizia: «Henrique, já lhe disse várias vezes que não pode ser, não pode falar em rendas excessivas. Está proibido de falar de rendas excessivas», e eu pensava: «Mas como é que eu faço? Eu não me calo!». Eu não me calava mesmo e não lhe tornei a vida fácil e disso já me penitenciei há bocado.

Entretanto, para eu não falar de rendas excessivas, o Ministro começou a querer ver os discursos, etc. E um belo dia eu ia ao ISEG e ele olhou para o discurso e tinha lá os preços, tinha lá os problemas. Ainda da parte da manhã ele disse-me que eu não podia falar e eu disse-lhe que não falava e que dessa vez é que me ia embora.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — No ISEG?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim! E pronto, foi assim.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, o Sr. Engenheiro afirma que o facto concreto que motivou a sua demissão foi o Ministro Álvaro Santos Pereira não lhe ter permitido fazer um determinado discurso no ISEG?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Foi a gota de água, sim. Naquele momento, sim.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda sobre a sua demissão existem notícias de que já em outubro de 2011 também tinha apresentado ao então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho um pedido de demissão. Esse facto é verdadeiro?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O livro do Prof. Cavaco Silva já o menciona e com datas que eu não me lembro, mas estão lá e, portanto, devem estar certas. Sei mais ou menos quando é que foi. É verdade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Estando numa Comissão de Inquérito em que certamente o livro do Prof. Cavaco Silva não é citado, gostávamos de saber quais eram os motivos desse pedido de demissão em outubro de 2011.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A contribuição teve dificuldades em passar. Depois de praticamente ter morrido, julgo saber, porque não vi, que o Dr. António Mexia foi duas vezes nesse dia ao Ministério insistir nas medidas que a EDP tinha. E foi na sequência disso, que achei ser acintoso, que pedi a demissão. Não só porque fosse acintoso, mas também, para além

disso tudo e porque tinha chumbado a contribuição, etc., eu naquele momento não tinha condições e não estava interessado em continuar.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E o que o fez reverter essa demissão?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O Sr. Primeiro-Ministro falou comigo e pediu-me para, pelo menos, aguentar até ao Orçamento do Estado ou às privatizações. Depois, obviamente, continuando a trabalhar com a minha equipa com muito entusiasmo — e veio a medida 5.15 e outras coisas — nós nunca baixámos... Enquanto pudemos tentámos sempre cortar as coisas e fazer o correto. Portanto, enquanto eu lá estive fui assim e a minha equipa também. Era uma equipa excepcional.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, perante o que nos foi dito aqui, nesta Comissão de Inquérito, que se demitiu também perante um conjunto de opiniões divergentes do Ministro Álvaro Santos Pereira sobre expressões, opiniões e a forma como elas eram colocadas, como justifica que então o próprio Ministro Álvaro Santos Pereira tenha dito publicamente que se abriram garrafas de champanhe na EDP aquando da sua demissão.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei qual é a interpretação que está a fazer disso. Deixe-me voltar ao livro do Prof. Cavaco, onde ele diz que eu pedi a demissão nessa altura, etc., mas depois há uma nota de rodapé que diz que enquanto eu lá estive havia tensões com o Ministro Álvaro Santos Pereira. Isso não corresponde à verdade — não corresponde à verdade! As relações sempre foram ótimas. Onde não nos entendíamos era sobre a tática, como eu disse no início.

O Prof. Álvaro Santos Pereira, portanto, o Ministro, diz isso quando quase um ano depois eu escrevo um artigo no *Jornal de Negócios* em que

identifico as rentabilidades da EDP e da EDP Renováveis e explico as enormes rentabilidades. Através da própria EDP, dos seus relatórios explico a enorme rentabilidade que a EDP tem em Portugal face aos outros territórios onde está.

Essa notícia sai, eu vou ao *Jornal de Negócios*, e, nesse dia também, o Ministro Álvaro Santos Pereira dá essa informação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas nesta Casa o Ministro Álvaro Santos Pereira, pouco depois da sua demissão, afirmou que a política energética não é do Secretário de Estado, é do Governo, reiterando que não cederá um milímetro na luta contra os interesses instalados. Pergunto-lhe se o Ministro Álvaro Santos Pereira e o seu sucessor, Eng.º Artur Trindade, cumpriram com a palavra de não ceder a nenhuma pressão.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei e vou pedir-lhe desculpa, mas não entro nesse assunto. O que lhe posso afirmar é que o Ministro Álvaro Santos Pereira é uma pessoa de bem e que não cede a pressões, não se desvia. Portanto, é uma pessoa íntegra e só posso afirmar que é uma pessoa sã.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Já aqui foram referidos os CMEC, os estudos de Cambridge, o estudo da NERA. Em 2017, quando chegou à Secretaria de Estado da Energia, considerou que os CMEC eram maus demais. Pergunto-lhe o porquê dessa afirmação e se conhece dois estudos: um, que já aqui referiu, é o estudo da ERSE atual de 2017, colocando 510 milhões de euros do custo da passagem dos CAE para os CMEC. O segundo estudo, amplamente desconhecido nesta Comissão de Inquérito, que até o próprio decisor político, na altura, disse desconhecer, é o estudo da ERSE de 2004, que só agora é conhecido,...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O parecer?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sim, o parecer de 2004, que coloca mais ou menos 600 milhões de euros de custos da passagem dos CAE para os CMEC. Pergunto-lhe se conhecia ambos os estudos e o que têm a dizer sobre eles.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Acho que o parecer da ERSE é um parecer atempado para a altura, com aquilo que se conhecia. Mas na altura também ainda não estavam determinadas as taxas, tanto quanto eu sei e que me parece. O outro estudo que mencionou é?...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O estudo de 2017, dos 510 milhões de euros de custos, o estudo atual da ERSE.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A mim não me admira, está em linha com aquilo que nós determinámos no tal estudo: que não presta, que estava cheio de erros e de irregularidades, etc.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Há pouco, o Sr. Engenheiro, certamente também por respeito institucional não quis entrar na matéria do seu sucessor, mas vou ter de lhe perguntar sobre o Decreto-Lei n.º 35/2013, onde foi criado o novo regime para os produtores de energia eólica, mediante o pagamento de uma contrapartida fixa. As elétricas teriam direito a um prolongamento do período de tarifas protegidas de cinco a sete anos, após o término do prazo, com uma tarifa mínima de 74 €/MWh. Como vê esta decisão, que, segundo a comunicação social, já catalogou como o negócio da China?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Acho que é uma medida extremamente arriscada, ou, melhor dizendo, não é a medida que é arriscada. Esse Decreto-Lei tem um risco elevado para os consumidores, muito elevado. Depende do preço de mercado, só! Mas pode implicar largas dezenas, centenas, milhões de euros e só depende disso, portanto, é uma roleta russa, em que em vez de ter uma bala só em seis, estão lá cinco. Pode dar sorte ou pode não dar. Eu não o faria! Eu não o faria nunca!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, sendo um especialista reconhecido na matéria da energia, o pagamento de 74 €/MWh mínimo é muito superior ao que neste momento está no mercado. Correto?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Ninguém sabe o que vai ser o mercado. Ninguém sabe! Mas há prospetivas informadas, obviamente, fazem-se estimativas, não é no ar.

Neste momento, por exemplo, em Espanha há contratos a que a EDP Renováveis vai sem garantia nenhuma. Há também outros mercados em que as eólicas são remuneradas já a 44 ou 45 €/MWh, há mercados europeus assim. Portanto, neste momento, o próprio Governo já anunciou que vai pôr em leilão algumas fotovoltaicas a 45 €/MWh.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Com o leilão a descer.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Com o leilão a descer, sim.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Até pode ser a zero!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Portanto, se tivermos o mercado a 40 €/MWh, nos próximos anos, é só fazer as contas: são centenas de milhões de euros que estão em causa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Estando o mercado a 74 €/MWh, para 40 €/MWh...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, a conta é muito simples.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A conta é muito simples.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — É, pode não se ter os dados, mas a conta é essa e, depois, é multiplicar.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, parece-lhe que esta seria uma proposta típica — até porque também é uma contrapartida a alguns cortes — que uma empresa de eletricidade possa ter feito ao Governo?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Em outubro de 2011, uma das propostas que recusei foi essa, porque era no sentido de baixar um bocadinho — não era com esses valores, mas a forma era essa —, para aligeirar os custos, e recuperar à frente. Portanto, mantendo a neutralidade, era esse o objetivo, e eu recusei.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, então, podemos aferir que o decreto-lei de 2014 é muito similar a uma proposta que recebeu da EDP?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Já não me lembro em detalhe se chegámos a discutir... Julgo que nem chegámos a discutir quais eram as

taxas, os valores, etc. Julgo que nem chegámos aí! Mas esta proposta, com este *floor*, é má.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Muito bem.

Sr. Engenheiro, continuando no âmbito da EDP, queria fazer-lhe uma pergunta mais relativa ao seu percurso profissional e ao seu conhecimento pessoal.

Do ponto de vista profissional, já tinha tido alguma relação com o Dr. António Mexia?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Tive uma relação profissional durante um ou dois meses, quando o Dr. António Mexia assumiu a presidência da Gás de Portugal e eu saí, nessa altura, da administração. Naquele momento, seria para eu lá ficar a contrato, como assessor, mas esse contrato foi denunciado, dois ou três meses depois. Foi esse o contacto que tive com ele.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Qual foi o motivo para o fim desse contrato?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eventualmente, alguma coisa que eu tinha feito, que levava a que não merecesse confiança, ou que não podia fazer porque... Foi uma desculpa esfarrapada, pronto.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Continuando no âmbito da EDP, o Sr. Engenheiro também já referiu a questão de o défice tarifário ser, em 2020, tendencialmente zero. Qual era a posição da EDP sobre esta matéria?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A posição da EDP era a de que isso não era necessário. Portanto, se a dívida descesse a determinado nível e não aumentasse, seria suficiente mantê-la e, para isso, os preços poderiam subir 2%. Mas não estamos a falar de 2% num ano, estamos a falar de 2%, em média, todos os anos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O início das minhas perguntas — e termino como comecei — teve a ver com o acompanhamento da troica na área da energia e com a monitorização das próprias políticas.

Recorda-se como é que a troica fazia a garantia desses mesmos compromissos? Existiam reuniões em que o Sr. Engenheiro participava ou não? E como é que esse trabalho era realizado, em relação à troica?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, era assim: recebíamos os documentos que estavam inscritos... Aliás, não havia *briefing*, não havia nada, estavam lá os documentos, começávamos a trabalhar, tínhamos contacto permanente e direto com o Secretário de Estado Carlos Moedas e com o gabinete dele, que acompanhava esses assuntos todos, e tínhamos as incumbências de fazer o relatório *x*, o relatório *y*, de alterar a lei *z*, etc.

Era assim que isso se processava, não tínhamos mais nenhum contacto. Depois, o que se fazia... Ah! Esporadicamente, poderia haver contactos pessoais entre as pessoas em Bruxelas e a nossa equipa, e havia discussões.

Lembro-me que discuti ferozmente para não passar para o mercado liberalizado imediatamente. Eles queriam fazer isso imediatamente e eu disse: «Isto é uma revolução e a gente não pode aceitar isto! Estamos a fazer medidas e vamos fazê-lo paulatinamente.»

Portanto, lembro-me que tive uma discussão enorme, no verão de 2011. Mas isso era pontual, era a minha equipa que falava com os técnicos,

porque não eles ficavam à espera que viesse o produto feito, acompanhavam as dificuldades e nós tínhamos dúvidas, também. Era um processo *ongoing*, mas os contactos formais eram sempre... Tudo convergia para o Secretário de Estado.

Era assim que se processava, não tínhamos...

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, dispondo de 8 minutos, nesta primeira ronda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Eng.º Henrique Gomes e agradecer-lhe os esclarecimentos que já nos prestou hoje.

Em agosto de 2011, a EDP entregou uma primeira lista de medidas para responder ao Memorando de Entendimento e o Governo respondeu criando uma contribuição, a qual começou a preparar e levou, até, a Conselho de Ministros. Portanto, de alguma maneira, o Governo recusou a proposta da EDP, que não propunha contribuição nenhuma.

O que lhe pergunto é o seguinte: essa contribuição chegou a ser validada pela troica? E como é que ela terminou? Ou seja, já nos disse que teve uma reunião com o Ministro Gaspar, com o Secretário de Estado Moedas e com o Ministro Álvaro Santos Pereira, mas o que lhe pergunto é qual foi o argumento que lhe apresentaram para que essa contribuição não pudesse existir.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O grande argumento que está subjacente é o de que não se poderia perturbar o processo de privatização.

Pode não ter sido perfeitamente explícito, não me lembro, mas o sentimento ali, na sala, e a preocupação geral, naquela altura, era sobre o processo de privatização.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A troica foi informada sobre a preparação dessa contribuição?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Foi, porque a troica acompanhava...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E validou-a?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A troica não tinha de validar, naquela altura, só depois de o Governo formalmente a apoiar. Antes disso, não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em termos de incidência e de receita, em que é que essa contribuição diferia da CESE (contribuição extraordinária sobre o setor energético), que veio a ser adotada três anos depois?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Em termos de receitas, para já, tanto quanto me apercebo, isto dá 125 ou 150 milhões de euros por ano, se toda a gente pagar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A atual?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, a atual.

Desse total, 50 milhões vão para o sistema energético e 100 milhões vão para o Orçamento do Estado. Há uma grande diferença aí, porque a outra convergia toda, aliás, essa e outras, eventuais, no futuro, iriam todas para um fundo de equilíbrio do sistema elétrico. Essa proposta também foi feita. Portanto, depois, desse sistema de equilíbrio, é que iria para abater o défice ou não, etc., mas isso era gerido por um sistema. Essa era uma das diferenças.

A outra diferença diz respeito à incidência: esta incide sobre EDP, REN e Galp — são estas três — e a outra incidia sobre todos os produtores.

Depois, a minha contribuição tinha claramente uma cláusula que proibia os produtores de a repercutir nos custos a reconhecer, portanto, eles nunca seriam reconhecidos e havia uma cláusula expressa para isso. Julgo saber que esta não tem e que até houve uma tentativa para que tivesse, que depois o Secretário de Estado — o que saiu — conseguiu ainda debelar, de algum modo, porque havia autorização para a repercutir nos custos.

Estas eram, essencialmente, as diferenças.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E em termos de receita?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Em termos de receita, se a memória não me atraiçoa — não sei se tenho aqui alguma informação sobre isso —, para mim, eram cerca de 300 milhões. Mas posso estar enganado...

*Pausa.*

Não tenho cá nada. Ah, não!... Tenho aqui: 230 milhões.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Essa não é a diferença, seria a receita da contribuição...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Exatamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Essa contribuição não foi feita e o ciclo seguinte, digamos assim, é o da preparação do relatório da medida 5.15. O encargo da preparação desse relatório está relacionado precisamente, como

foi aqui dito, com o corte de rendas excessivas ao nível dos CMEC, dos CAE e da produção renovável.

Quando chega o momento da concretização da privatização, a informação pública disponível é a de que vai haver cortes nestas rendas da EDP. Portanto, os compradores estão na disputa pela EDP, sabendo que vai existir esse corte, porque é isso que está escrito no Memorando.

Foi dada outra informação pelo Governo aos produtores? Ou seja, houve algum compromisso do Governo português em como esta parte do Memorando não era para levar a sério, como disse Eduardo Catroga? Ou, pelo contrário, essa informação não foi dada e os compradores acharam mesmo que estavam a comprar uma empresa que iria ter cortes nos seus rendimentos a curto prazo e, portanto, ofereceram um valor inferior ao que poderiam ter oferecido se soubessem que isso não ia acontecer?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei o que é que os compradores fizeram... Obviamente, isso não sei.

Tenho pena que o relatório da auditoria do Tribunal de Contas não fosse mais a fundo nessa matéria. De qualquer modo, é óbvio que toda a gente sabia que havia esses riscos, porque, em qualquer privatização, uma das cláusulas presentes diz respeito ao risco regulatório, às circunstâncias regulatórias e a esse ambiente. Há, normalmente e sistematicamente, essa cláusula.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sabe porque é que esta fase da privatização da EDP foi dispensada de prospeto e, portanto, as circunstâncias do risco regulatório não foram claramente enunciadas ao mercado?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não faço a mínima ideia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A Ministra Maria Luís Albuquerque, a dada altura, celebrou uma promessa da China Three Gorges de criar uma fábrica de turbinas eólicas em Portugal, que geraria 500 milhões de euros de exportações anuais.

Eduardo Catroga lembrou-nos que essa promessa acabou por ficar reduzida aos *best efforts* da China Three Gorges para a concretização desse projeto.

Tem memória desse processo? E tem alguma noção das artes pelas quais essa promessa acabou por se reduzir aos *best efforts*?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei quais foram as artes, porque não fazia parte — e não tinha de fazer — desse circuito.

No entanto, para mim e para quem está no setor, naquela altura, não fazia muito sentido esse sentido essa promessa. Foi feita e era o projeto industrial, mas não fazia sentido.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Bom, ela teria um valor, mesmo que não fosse o adequado.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Há muita fábrica por aí... Os espanhóis são muito fortes e estão aqui ao lado! Nós até já tínhamos uma...

Portanto, para mim, não fazia sentido, mas não sei o que é que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, que se saiba, esta contrapartida não foi substituída por nenhuma outra.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, que se saiba, não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Voltando um pouco atrás, a EDP enviou ao Governo um conjunto de propostas que, essencialmente, consistiam em diferimentos de custos: sobrecusto da PRE, sobrecusto dos CAE e dos CMEC de 2012 e de 2013, o próprio custo da interruptibilidade — coisa que, depois, não veio a acontecer —, o alisamento do subsídio da garantia de potência.

Portanto não era de cortes que se falava, era de adiar pagamentos e de, com isso, gerar uma nova geração de dívida tarifária que veio a ter custos importantes para os consumidores, pois pagamos 150 milhões de euros de juros da dívida tarifária todos os anos na fatura.

Essa proposta foi analisada pelo Governo, então pergunto: alguma vez o Governo se comprometeu com estas ideias de modo a que fosse legítimo à EDP alegar um acordo, como veio a alegar durante muito tempo?

Portanto, houve sempre uma menção da EDP, ao longo de meses sucessivos, ao acordo de 4 de outubro, que era em torno destas medidas. Alguma vez o Governo aceitou este acordo, mesmo que depois recuasse?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sr. Deputado, que eu saiba, não e não estou a ver como é que o faria! Não estou a ver o Ministro a fazer isso sem me ter dito alguma coisa, pelo menos dar conhecimento.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, acredita que a menção da EDP a um acordo com Governo era inteiramente abusiva e não tinha bases em negociações feitas nem consigo nem com outra componente...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Penso que sim!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em janeiro, e já depois de o Sr. Engenheiro ter refutado a existência desse acordo numa carta à

Administração da EDP, o Dr. Eduardo Catroga volta a insistir, desta vez diretamente junto do Ministro, sobre a necessidade de implementar as propostas que a EDP tinha apresentado e este suposto acordo do dia 4 de outubro.

O Sr. Engenheiro redigiu, e é do conhecimento da Comissão, a proposta de resposta que deveria ser enviada pelo Ministro. Sabe se essa resposta chegou a ser enviada? O Dr. Eduardo Catroga aqui disse-nos que nunca a tinha recebido.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não faço a mínima ideia, porque já passou muito tempo e, para mim, isso seria um pormenor naquela altura, mas terão oportunidade de perguntar isso ao Ministro quando ele cá vier.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Disse ao *Expresso* que contactou várias consultoras, antes da Cambridge, para fazer o estudo que depois veio a acompanhar o relatório e que várias destas empresas recusaram por estarem a trabalhar diretamente na esfera de influência da EDP.

Quais foram essas empresas e como é que argumentaram em concreto?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, isso não está bem explicado.

Nós é que tivemos o cuidado de nas boas consultoras nenhuma estar a trabalhar para a EDP, como é óbvio, não é?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas não foram recusas do lado das consultoras que levaram à escolha da Cambridge, portanto?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, mas quando as consultoras sabiam ao que a gente ia torciam-se um bocadinho. Isso é verdade! Mas nós

só batemos à porta daquelas que sabíamos que não estavam a trabalhar, naquele momento, para a EDP.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E mesmo nessas ainda encontraram alguma resistência?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, é natural!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Esse relatório foi entregue ao Primeiro-Ministro no final de janeiro com um conjunto de medidas. Com quem é que foi discutido, no Governo, o conteúdo desse relatório e que posições foram expressas?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Esse relatório não chegou a ser discutido. Tivemos uma reunião em que, curiosamente, os membros do Governo que estavam lá, os meus colegas, Carlos Moedas e Maria Luís, fizeram eco de que o relatório estava com muitos erros. A minha resposta nessa reunião foi que se havia erros, o nosso interesse comum era corrigi-los e pedi que os identificassem. Até hoje nem EDP, nem ninguém, identificou esses erros e estou convencido que não tem erros, portanto não foi discutido.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Apesar de não ter sido discutido, foi alterado. Isto é, o relatório que o senhor entregou não foi a mesma versão que depois foi enviada à troica, porque nós temos as duas versões, curiosamente a sua foi a única que nos chegou pelas vias oficiais do Estado português, a outra foi descoberta no espólio da OCDE e veio até já a ser reconhecida pelo seu antigo chefe de gabinete Tiago Andrade Sousa, que depois permaneceu como chefe de gabinete do Dr. Artur Trindade, como sendo aquela que, de facto, acabou por ser enviada.

Assim, gostaria de saber como é que esse processo de alteração ao seu relatório se processou, que conhecimento teve ou não teve dele e como é que aconteceu a construção dessa segunda versão do relatório sobre a medida 5.15.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, era necessário entregar um relatório, idealmente o meu, obviamente, portanto aquele que tinha saído do grupo de trabalho.

Portanto, o ministro adaptou o meu e enviou-o.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas nessa adaptação houve novidades.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eu não participei, mas a minha equipa ajudou e eu não participei porque não era preciso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quando o relatório segue ele foi acrescentado, pelo menos, de um elemento importante que é a extensão da tarifa *feed-in* para as eólicas.

Essa extensão foi do seu conhecimento antes de esse relatório ser enviado? Sabia que isso estava a ser incluído, mesmo sendo contra a sua vontade?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Julgo que sim. Isso era segredo, nós trabalhávamos, como é normal, com confiança.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Na versão que o senhor produziu, o relatório de Cambridge já era parte do próprio relatório, mas a versão que foi enviada a troica não estava da mesma maneira. Sabe se o relatório de Cambridge alguma vez chegou às mãos da troica?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não tenho noção disso...

Admito que sim, porque ele depois acabou por ser público, mas oficialmente não tenho noção.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Na versão desse relatório que seguiu, a proposta estava desenhada com 150 milhões de euros de contribuição dos produtores. Na verdade, a EDP tem uma expressão feliz que é a da compra. A compra da extensão vale 150 milhões de euros, mas é só por três anos adicionais.

Na verdade, depois, a mesma compra continuou a valer, em 2013, com o Decreto-Lei n.º 35/2013, 150 milhões de euros mas por sete anos adicionais, portanto, houve aqui um preço de saldo, face àquele que vinha no memorando que foi enviado à troica. Tem noção de que essa evolução aconteceu?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, até porque eu já não estava lá e não me lembro...

Eu nunca discuti, referi isso há bocado, os parâmetros, etc., portanto, o princípio, para mim, estava errado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Numa das respostas que dá às propostas da EDP faz menção da recusa da proposta da EDP sobre a titularização da dívida tarifária em que a EDP procurava uma posição vantajosa, podendo optar pela melhor das duas taxas no momento da titularização.

Consegue recordar-se de como é que foi essa parte da negociação com a EDP?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, não me recordo, mas digo-lhe como é que nos atuávamos e foi isso que deve ter acontecido.

Portanto, as propostas eram feitas e depois eram analisadas pela minha equipa, se necessário com ajuda técnica.

Depois, era analisado, nós víamos e decidíamos. Não me recordo, mas era isso que eu fazia sem hesitação alguma, portanto é normal.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — As minhas últimas questões têm a ver com os terrenos das centrais: os terrenos da REN, em 2004, Carlos Tavares considerou indispensável definir, previamente à extinção dos CAE, matérias suscetíveis de influenciar o montante de eventuais compensações financeiras resultantes da extinção dos CAE.

Portanto, veio reconhecer o direito a uma remuneração dos terrenos afetos aos centros electroprodutores. Qual foi a vantagem desta decisão de venda e de arrendamento dos terrenos? E qual é a justificação para que no momento em que a REN é separada da EDP, e ao ficarem estes terrenos no ativo da REN, a REN seja obrigada a pagar uma compensação à EDP, dado que eram as duas empresas do mesmo universo, mas quando um ativo fica de um lado, porque é que esta parte tem de pagar à outra? Uma vez que estava na REN nessa altura, gostaria de saber qual é a lógica que vê nisso e por que é que a REN entretanto privatizada, passou a ter de receber dos consumidores uma remuneração por estes terrenos. A REN aqui parece ter funcionado um pouco de canal em que os consumidores pagaram à EDP por não ter ficado, no seu ativo, com os terrenos que acabaram por ficar na REN.

Pode contar-nos um pouco desta história e como é que ela foi vista a partir da REN, onde o Sr. Engenheiro estava na altura?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Bem, eu ainda não estava na REN, Carlos Tavares não estava. Ele por acaso é que me convida para ir para a

REN, mas entretanto, o Governo muda e quando eu tomo posse já é o Governo novo.

Agora, essa foi a única parte em que acompanhei o raciocínio e parecia-me lógico. Ora, estando aquele valor no balanço da REN e estando a REN até privatizada, os analistas olham para a rentabilidade do ativo. Portanto, se aquilo não tem rentabilidade nenhuma era um peso e estava a diminuir a rentabilidade e o valor e daí ter arranjado um valor.

Essa foi a lógica sob o ponto de vista do conselho de administração e foi a nossa preocupação, os outros detalhes e isso, não sei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Devolver os terrenos ao Estado nunca foi uma opção?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, pediu-me a palavra?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Pedi sim, Sr. Presidente.

Eu sei que isto não é muito normal e também não queria entrar em contraditório, mas como estas audições são transcritas, eu julgo que terá sido cometido aqui um lapso pois a venda dos terrenos da REN foi em 2000 e não em 2004 e isso faz toda a diferença.

Isto até porque a separação da REN da EDP é que é em 2004. A venda dos terrenos é em 2000.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos prosseguir e na segunda ronda os Srs. Deputados poderão contradizer aquilo que os outros vão dizendo. Há aqui um campo enorme para o contraditório político, até porque há coisas que são ditas com uma certeza brutal por parte de todos os Srs. Deputados e eu penso que nem sempre é assim, mas isso faz parte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Henrique Gomes e dizer-lhe que é um prazer revê-lo.

Sr. Engenheiro, quando entrei na sala ouvi uma frase, e julgo ter ouvido bem, de que as rendas excessivas são uma realidade e que cabe ao poder político encontrar mecanismos para as corrigir.

Também já foi feita a afirmação de que o Sr. Engenheiro era o pai das rendas excessivas e o Sr. Engenheiro sorriu e não negou, pelo que não quero perder a oportunidade de lhe perguntar se me consegue ajudar, a mim e à Comissão, a descobrir onde é que elas estão.

Em concreto, queria perguntar-lhe se elas estão nas remunerações dos terrenos, se estão na titularização dos CMEC, se elas estão nas taxas de juro e nos *cashflows* de diferentes cálculos de unidade, se elas estão na extensão do domínio hídrico, se elas estão nos testes de disponibilidade das centrais, se elas estão, como o regulador, o Dr. Sebastião anunciou, no coeficiente do ajustamento do valor água e, por fim, se elas estão nas licenças de CO<sub>2</sub> e, na sua opinião, quanto é que configura cada uma delas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — É simples: que elas existem, existem, por causa dos altos preços de energia que nós temos e mesmo esses preços não acomodam todos os custos.

Eu tentei dar resposta a isso mesmo quando fiz a intervenção inicial e disse que, relativamente aos CAE, estes têm uma remuneração inicial que é razoável, é aceitável, mas depois há um fenómeno que, por acaso, foi aqui levantado pelo Prof. Paulo Pinho, em determinada altura — julgo que foi ele só, também não tenho visto todas as audições — é que quando deixámos o escudo e passámos para o euro, porque baixou o risco, a rentabilidade aí é

que aumentou bastante e foi pena que, nessa altura, não se tivesse convocado o problema e os acionistas e não se ajustasse ao efeito do euro, porque foi um benefício adicional.

Portanto, as TIR dos CAE estão claramente acima do WACC e o relatório da ERSE, o recente – aliás já o meu o dizia –, também o diz. Portanto, as TIR que eles encontraram são superiores aos WACC.

Mais: o relatório recente que eles fazem, independentemente de poder ter imprecisões, etc., é já acomodando as medidas que, entretanto, ao longo dos anos, foram feitas, portanto é atualizado.

Relativamente aos CMEC, tentei identificar aqui aquilo que lhes diz respeito.

Sobre a remuneração dos CAE: 320 milhões dos quais já foram corrigidos 120 milhões; extensão do domínio hídrico 400 milhões; sobrecompensação dos serviços de sistema no período de 2009 a 2014 60 milhões, segundo o estudo que o Secretário de Estado anterior pediu à Consultora Brattle.

Sobre ter dado o monopólio, de facto, de toda a capacidade de bombagem do sistema hídrico, que é uma coisa de imenso valor estratégico e comercial, não sei qual o valor que isso tem mas tem um valor, e já o disse em sede própria, eu não conheço qual foi a contrapartida que houve relativamente a Sines, porque não há em lado nenhum, a não ser a alteração das leis ou dos contratos, etc., de facto, tanto quanto sei, remuneração nenhuma. Sines pode valer, por volta, de 500 milhões.

A margem bruta do ano que passou de Sines, como disse há bocado, pode ter estado em 125 milhões de euros. Só num ano! Isto dá uma ideia de onde é que estão os excessos.

Sobre a PRE também lhe digo o seguinte: para não falar do efeito, que, esse, será futuro, do Decreto-Lei n.º 35/2013, se os consumidores em Portugal tivessem pago em 2014, 2015 e 2016 pela eólica o mesmo valor que

a EDP Renováveis recebeu em Espanha, teríamos poupado 1131 milhões de euros.

Portanto, de facto, as rendas estão aqui! Estão nas tarifas, estão nestas coisas todas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, peço imensa desculpa, mas isto é uma Comissão de Inquérito e se estivéssemos a fazer teoria sobre o setor energético português, ou em algum programa de televisão, eu aceitava essas respostas – aliás, o interesse da comunicação social na sua audição é exatamente isso –, mas não pode ser.

O Sr. Engenheiro conhecia o relatório da ERSE à data em que se demitiu e que fez o estudo e que propôs ao Governo os cortes nas rendas excessivas, tal como estava identificado no relatório da ERSE? Conhecia esse relatório?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Claro que não! O relatório da ERSE confirma aquilo que, naquela altura, nós identificámos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A doutrina diverge... Eu não quero aqui tomar partido, mas o que eu não posso é lavrar em... Bom, disse, aqui, que se tivermos em conta o que acontece em Espanha, seria um sobrecusto para os consumidores. O défice tarifário em Espanha é diferente do português, em Espanha há tarifas *feed-in*, já deixou de ter, são modelos diferentes...

Nos documentos que V. Ex.<sup>a</sup> tinha à disposição... Bom, eu olho para o memorando da troica e, não querendo perguntar-lhe se foi V. Ex.<sup>a</sup> que pôs este assunto no memorando da troica, que não fala, desde logo, em rendas excessivas, fala em sobrecustos associados à produção elétrica e no caso das

*feed-in tariffs*, no regime ordinário, até só fala na cogeração, se bem que pode, depois, ter sido mudado...

Mas se eu for ao relatório da Cambridge, e é importante estudarmos esse relatório, porque ele dá origem a esta Comissão de Inquérito, dá origem à narrativa do Bloco de Esquerda de que há rendas excessivas, que aparece no anexo diz-se até que as rendas são razoáveis – aliás, utilizou na resposta que me deu esse mesmo termo: eram razoáveis.

Eu também já tive essa sensação... Olho para o meu vizinho tem um carro de alta cilindrada, sai à mesma hora que eu, chega até mais cedo do que eu e eu acho que o homem anda a roubar e, depois, quando vou ver tem só um negócio mais rentável do que o meu. É só isso!

E eu quero saber se é disso que estamos a falar, ou não. O seu amigo Paulo Pinho disse que «o diabo estava nos detalhes» e eu volto a perguntar-lhe se consegue ajudar-nos dando-nos um detalhe que seja, para eu poder pôr no relatório, de uma renda excessiva, isto para contrariar os que vêm a esta Comissão de Inquérito dizer que isso é uma loucura, que não existem rendas excessivas.

Gostava de ter um exemplo, se mo conseguir dar, nem que seja a extensão da PRE.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sr. Deputado, o exemplo é que as tarifas das eólicas, neste momento, aliás de há 10 anos a esta parte, baixaram em termos reais 4 €. Valem perto de 100 €.

Em Espanha estão muito abaixo. Espanha tem um mercado idêntico ao nosso...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, é verdade!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — ... os operadores são os mesmos, o mercado de venda de energia é o mesmo, a idade do parque da EDP Renováveis até é um ano mais antigo, portanto deveria ter ainda as tarifas a beneficiá-lo, portanto ainda tem aí um benefício para a diferença... Isto é evidente!

Se fizermos outros *benchmark*, se vir... Eu faço periodicamente um exercício, que é o de pegar nos relatórios que são bons da EDP Renováveis e fazer alguns jogos para determinar rácios. O mercado mais rentável, de longe, é o português. Porquê? De longe!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso, então, perguntar-lhe o seguinte: não estava no Governo, mas como é um cidadão atento a estas matérias lembra-se da demissão do regulador Jorge Vasconcelos, lembra-se da necessidade de aumentar a tarifa elétrica em 14%, se não me falha a memória. Que entendimento é que faz desse aumento? Eram os custos que eram exagerados, ou era a aposta do Governo em algo a que alguns já chamaram aqui de excesso de boa vontade, voluntarismo, ou previsões de consumo completamente irrealistas? Qual é a sua opinião? Ou, já agora, nessa altura, estávamos em linha com Espanha?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sr. Deputado, não sei! Naquela altura, não sei! Não sei os pormenores e não acompanhei.

Mas se o Jorge Vasconcelos precisava de aumentar 14% as tarifas da eletricidade era porque a acomodação dos custos que ele tinha, porque não estávamos ainda com um défice, estávamos com pequeninhos ajustes... É porque esses custos tinham subido muito de ele tinha de os acomodar nas tarifas e esse valor de subida era de 14%.

O regulador não tem de ter, ou, melhor, tem de ter alguma, mas, no limite, não tem de ter sensibilidade política. Tem de ajustar as receitas aos custos e não deixar as rentabilidades subirem.

Mas, agora, os pormenores... Eu, naquela altura, vi isso com interesse e curiosidade, mas não conhecia os pormenores.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Engenheiro tinha o estudo da Cambridge, diz que esse estudo não foi discutido, agora, pelos vistos, há mais estudos, mas, à data da sua presença no Governo, só havia esse estudo, diz que não conhecia os relatórios da ERSE – como acabou de dizer.

Consegue identificar nesse relatório de Cambridge, em concreto, em que setores, em que cláusulas havia rendas excessivas? É que quero acreditar que V. Ex.<sup>a</sup> teve todo o gosto em ser convidado para o Governo, esteve no Governo com espírito de missão na defesa do interesse público e para se demitir é porque as divergências eram grandes.

A sua proposta identificava, em concreto, que rendas excessivas, que cortes, que não foram aceites pelo Governo e que originaram a sua demissão? Esclareça-me por favor, porque eu ainda não percebi das respostas que deu aos meus colegas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O que provocou, no imediato, a minha demissão não foi o relatório, porque, com o relatório, eu estava a preparar-me para abrir as negociações; o que provocou é que, para mim,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O senhor disse que o ministro o proibiu de falar de rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Exatamente!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu acho que isso não é um motivo suficiente. Não é!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O relatório, independentemente das críticas para o ministro e para mim, era o relatório.

O relatório era o referencial para a negociação, mas, para se fazer a negociação, havia várias coisas: uma, ter uma equipa e eu tinha a equipa; outra, ter um alvo, ter um objetivo, e o objetivo estava determinado no relatório; ainda outra, como esta era uma negociação que tinha contornos políticos, eu tinha necessidade de anunciar, claramente, porque eu sabia que iriam vir aí reflexos e que iríamos bater em alguém, etc. portanto, havia reflexos, havia reações, etc.

Portanto, eu tinha de falar nas rendas excessivas e, para mim, isso era fundamental, porque senão era uma brincadeira. O que é que ia acontecer? Iríamos estar todos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, peço desculpa.

Já lhe perguntaram sobre as suas relações com os ministros e eu confesso que isso não me interessa absolutamente para nada, se é amigo se não é amigo, se fala, se não fala, se há cartas, se não há...

Eu preciso de saber, porque estas coisas das rendas excessivas originaram que o atual Governo embarcou nessa tese e diz que não há mais tarifas *feed-in* no solar, mas, agora, como V. Ex.<sup>a</sup> bem disse, e já denunciou publicamente, vai haver... É que, depois, confrontados com a realidade não há investimento, ninguém vem aos concursos, e vai ter de haver!

Portanto, o que eu quero saber é no estudo de Cambridge, que é o único estudo que V. Ex.<sup>a</sup> tinha na sua posse para elaborar a sua proposta... E eu quero acreditar que concordará comigo: que deveria haver privatização, que há uma negociação dura de partilha de riscos nessa privatização, porque

de um lado também está o interesse público – e há quem discorde, mas eu ... –, que é preciso apostar nas renováveis, que era um objetivo assumido pelos vários Governos, mais ou menos, que isso tem de ter custos, nomeadamente de inovação...

Portanto, eu queria que me dissesse claramente o que identificou, \porque para se demitir, para ter tanta correspondência, para andar tantos meses a dizer que há rendas excessivas, deverá ter de cor e poderá dizer-me: no estudo de Cambridge foram identificadas estas, eu sugeri cortes, de acordo com o estudo, nestas, a EDP não aceitou, o Governo não quis... Mas, ainda assim, eu peço-lhe, mesmo que isso não tenha acontecido, que identifique...

Bom, vou ficar por aqui senão faço muitas perguntas e, depois, o Sr. Engenheiro não tem tempo para responder e eu prefiro que me diga em concreto onde é que elas estão. O jogo é: «em busca da renda excessiva».

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — No relatório das rendas excessivas o trabalho de Cambridge é um anexo, que determina, limita-se a isso, os WACC das produções dos CAE e dos CMEC.

Foi o contributo da AT Kearny que nos deu os elementos para determinarmos a rentabilidade da PRE. E essas rentabilidades e essas rendas excessivas, que, obviamente, não tenho de cor, nem é preciso, existem, existem. E, por acaso, nesse relatório as rentabilidades até saíram relativamente pequenas, o excesso, nesse relatório, mas, depois, vamos verificar e vamos acompanhar a realidade, aquilo que pagamos no fim do ano, etc. e temos surpresas grandes e no fim do ano temos, por exemplo, a fatura só das renováveis que é de 2100 milhões de euros.

A realidade tem mostrado que há mais excessos do que aqueles que foram identificados no relatório. Mas o relatório tem isso tudo e eu não o tenho de cor.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu queria perceber. De facto, nós trabalhamos com perceções. O estudo que tenho aqui diz que os WACC não são irrazoáveis. É o que diz o estudo no anexo.

Mas quero perguntar-lhe, não perdendo esta oportunidade de o ter aqui, acerca do papel dos reguladores.

Acabou por confirmar que não leu o relatório mas, enquanto governante que precisa de um instrumento do regulador, o qual se queixou que foi afastado e tinha pouca informação — não sei se V. Ex.<sup>a</sup> algum dia sonegou informação ou afastou o regulador destas matérias —, que entendimento tem do facto de esta Comissão, este Parlamento e o País inteiro só agora conhecerem o relatório da ERSE que, pelos vistos, era tão útil para o ajudar nesta sua demanda acerca das rendas excessivas?

Solicitou esse estudo à ERSE? Foi-lhe dito que ele existia e foi-lhe negado o envio? E, já agora, quanto à Autoridade da Concorrência, pergunto se teve algum contacto com ela. O Ministério Público acusa a Autoridade da Concorrência, que teve 10 anos para descobrir alguma coisa. Queria perceber se, enquanto governante, teve essa interação com os reguladores.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Com a Autoridade da Concorrência não. Naquela altura — um ou dois anos antes tinha havido aquelas preocupações relativamente aos combustíveis líquidos —, a Autoridade da Concorrência fazia relatórios trimestrais exaustivos que eu seguia e não tive contacto nenhum.

Relativamente à ERSE, posso dizer que assim que tive a minha equipa passei um dia na ERSE. Passei um dia na ERSE e pedi para nos organizar um dia de trabalho para nos explicar o que era o setor, qual era a visão deles e quais os números. Portanto, fizemos o diagnóstico num dia inteiro.

Depois disso, tivemos relações de respeito absoluto pela independência uns dos outros, mas também relações de cooperação absolutas e inequívocas.

Portanto, só tenho bem a dizer. Em todas as alturas que precisei da ERSE, para saber a opinião deles, etc., pedia a opinião quando tinha dúvidas, obviamente, mas, depois, a decisão era minha ou era do Governo. Portanto, isso são coisas diferentes. Mas tive uma colaboração ativa e leal da ERSE, com absoluto respeito mútuo, de parte a parte. Aliás, só assim é que a entendo e defendo-a claramente.

Um dos nossos males é não termos uma regulação forte e a sociedade e muitos governos não respeitarem isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nisso estamos de acordo. Mas não me parece que um relatório que chega tarde e a más horas, com dúvidas, seja de um regulador forte e um regulador fraco custa muito dinheiro aos contribuintes.

Queria perguntar-lhe se considera razoável que a ERSE identifique nos testes à disponibilidade das centrais 285 milhões, mas a própria ERSE reconhece que durante três anos não conseguiu fazer avaliações da disponibilidade. É possível, não as fazendo, chegar a um determinado valor ou também é por aproximação?

Tenho de perceber se à pergunta feita pelo PSD de que em 1996 a EDP ganhou milhões, ainda com os CAE, e na perceção que estávamos todos a ter da tal coisa que é evidente, ou seja, que o lucro é exagerado, o senhor quanto a isso não respondeu que havia rendas excessivas. Ora, a perceção é a mesma, os lucros atingem valores irracionais e eu gostava de perguntar se quer recuar e dizer que também em 1996, nos CAE, já houve rendas excessivas, se elas estão nos CAE na origem — depois perguntei também para os CMEC, se sim ou não.

Para terminar, pergunto como é que avalia esta questão dos valores em concreto da ERSE e se havia condições de acertar neste valor quando o regulador não fez os testes da disponibilidade das centrais.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Começando pelo fim, não sei qual foi o trabalho da ERSE. Estou afastado, reformado, vou acompanhando as coisas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já leu o relatório?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não.

Para fazer estes testes de certeza que se deve ter socorrido do Valorágua e de todo o histórico e todos os registos, e há registos desses, por exemplo, quais são as afluências de hora a hora. Portanto há muita informação, que tem de ser trabalhada.

O modelo está validado para fazer prospectivamente as previsões e também olhar para trás, portanto, está calibrado. Assim, é muito natural, e, aliás, não vejo outra maneira de determinar a disponibilidade a não ser assim.

Neste momento, julgo que desde há um ano e tal, a ERSE tem com ela o modelo, sabe trabalhar com ele e a REN também.

O Sr. **Presidente**: — Para finalizar a primeira ronda, vamos ouvir o PCP. Dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por cumprimentar os Sr. Eng.º Henrique Gomes e agradecer o seu contributo nesta audição.

Naturalmente que a vantagem de sermos os últimos a colocar as questões é que acaba por levar à repetição ou à retoma de alguns aspetos que

já foram aqui abordados e, embora haja matérias que recuperamos nesta fase da nossa reunião, peço que possamos aprofundar alguns elementos, até para os esclarecer de outra forma.

Relativamente ao desempenho das suas funções como Secretário de Estado da Energia, começo pelo fim, começo pela sua demissão. Já aqui falou dos fatores que tiveram a ver com o condicionamento, a limitação, até o impedimento da parte do Sr. Ministro na altura relativamente à tomada de posição e à abordagem do próprio termo rendas excessivas, e também da conjugação desse fator com a outra questão que tinha a ver com a CESE, a tentativa frustrada de implementar a CESE e as diligências e contactos do Dr. António Mexia com o Ministério, a gota de água que fez transbordar a hídrica, digamos assim, sem reversibilidade, como acabou por se ver.

Para além do ato formal do pedido de demissão, o senhor considera que se não a tivesse pedido teria tido continuidade nas suas funções? Se sim, em que termos?

É sempre difícil imaginar o que teria sido, mas pergunto-lhe. É que há uma pergunta que se poderia colocar, que é: pediu a demissão ou foi levado a pedir a demissão, foi demitido?

Como é que a esta distância avalia esse processo e esses acontecimentos?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A esta distância — para mim está presente esse facto —, essas três hipóteses coincidiram num ponto. É essa a minha resposta.

Formalmente, fui eu que pedi a demissão. Formalmente! Mas, de facto, as três coisas coincidiram.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, os acontecimentos corresponderam àquele ponto onde se encontram as três situações, àquela linha de fronteira entre os três países...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — *Twilight zone* ...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *Twilight zone*, exatamente!

Em entrevistas de 2017, o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira gabava-se de ter enfrentado o *lobby* da energia, «um dos mais fortes que temos em Portugal, um *lobby* com uma influência nefasta no País», dizia ele.

O Sr. Ministro, depois da sua demissão de Secretário de Estado, continuou, fez praticamente tudo o que a EDP queria que ele fizesse, e já agora interrompo-me a mim próprio para lhe perguntar se tem essa leitura ou se discorda do que estou a dizer. Estou a afirmar que o Ministro Álvaro Santos Pereira, na prática fez, no essencial, tudo o que a EDP queria que ele fizesse. O senhor pensa que não estou a ser rigoroso?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eu não diria que ele fez... diria que ele fez aquilo que podia fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Às vezes, fazer-se aquilo que se pode é fazer-se aquilo que o outro quer. Era só disso que eu estava a falar.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Se por acaso o fez, não era o interesse dele nem era a vontade dele.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A questão é que, inclusive, chegou ao tal acordo secreto com a EDP. E há um aspeto que temos vindo a suscitar, que é relativamente incontornável — aquela história do elefante no meio da sala

—, que é a presença na administração da EDP após a última privatização de seis ex-ministros do PS, do PSD e do CDS, representantes dos principais grupos económicos e bancários do nosso País. À luz desta realidade, como é que se pode colocar a análise desse enfrentamento de *lobbies* de que depois tanto se fala?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Como cidadão, a mim, choca-me. Agora, compete à Assembleia da República regular esses aspetos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O mais decisivo dos quais foi regulado na altura em que se mandou privatizar a empresa. Daí para a frente as coisas foram andando neste sentido.

Gostaria que desse conta, de uma forma clara, desta questão do relatório ou dos relatórios, tendo em conta os momentos em que estamos a pensar. Já aqui foi referido várias vezes o relatório da CEPA, da Cambridge Economic Policy Associates, que era, segundo o senhor referiu, o único documento que, sendo anexo no relatório do Ministério, na prática, era o único elemento de apoio que, no essencial, detinha, ou, pelo contrário, viria a ter outros relatórios, que fomos conhecendo depois ao longo do tempo, sejam da ERSE, sejam de outras entidades?

Já aqui se falou no estudo da NERA, que é bastante posterior a isso. Qual é efetivamente o seu conhecimento ou a posse desses elementos para a sua intervenção como Secretário de Estado?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O relatório é feito e é entregue a 31 de janeiro e eu saí no início de março, a 12 ou 13 de março. Portanto, não tive conhecimento de mais nada.

Depois, ouvi falar que havia um relatório, do João Duque e de outras pessoas, mas, como diz o outro e já foi aqui referido, «chapéus há muitos»!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria perguntar-lhe se não estamos a perceber mal no que se refere ao momento da entrega do relatório e aos acontecimentos, ou seja, o salto rápido do relatório, ou relatórios, que, entregues do final da manhã no gabinete do Primeiro-Ministro, no mesmo dia, às 13 horas, já estavam a merecer a contestação da EDP. É da mesma coisa que estamos a falar e, portanto, queria perguntar-lhe como é que tomou conhecimento desses acontecimentos e como é que explica ou como é que lhe foi enquadrada essa situação.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Para nós, fazer o relatório e a entrega num mês e meio foi um trabalho intenso e é um marco.

O Sr. Ministro enviou-o em mão ao Sr. Primeiro-Ministro por volta das 11 horas e 30 minutos; fomos almoçar, por volta da uma hora, a equipa toda, e durante o almoço telefonaram duas vezes para o chefe de gabinete a perguntar que relatório era aquele. Era da EDP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isto alguma vez tinha acontecido? Para nós, estas práticas, que levantam a maior perplexidade — ou não, há feitos para tudo! —, é um tipo de coisa que alguma vez tenha acontecido? Ou é o tipo de coisa que era inédita, no seu conhecimento?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — O relatório, mais cedo ou mais tarde, seria do conhecimento da EDP, mas por estes meios é que nunca me passaria pela cabeça, obviamente, não é?

Primeiro, o relatório tinha sido feito por nós e não tinha sido validado pelo Governo, não tínhamos falado com ninguém nem nada disso. Portanto, esperava esse recato, pelo menos, no seio do Governo, para se refletir, para ajustar o que quer que fosse, até para corrigir os possíveis erros que ele

tivesse, como mais tarde vieram a afirmar, até para isso. E, pelo meu lado, não tenho problema nenhum se me disserem que errei aqui ou ali, só não erra quem não faz as coisas, e não tenho medo, sou competente, considero-me, pelo menos. Mas que tivesse sido conhecido dessa maneira, isso é que não me passa pela cabeça.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso foi discutido, na altura, por si, junto do Ministro, do Primeiro-Ministro, etc.?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Disse logo ao Ministro, obviamente, até como um desabafo: olha, aconteceu isto. Mas ficou entre nós.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, pedia-lhe que nos relembresse — já aqui foi mencionado o então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar —, no essencial, a argumentação do então Ministro das Finanças, relativamente às discussões, no interior do Governo, de propostas para reduzir as rendas excessivas, e o âmbito de abordagem do Ministro em relação a essas possibilidades.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Estive com o Ministro Vítor Gaspar, em reuniões, duas vezes, e apenas relativamente à contribuição.

Uma das vezes foi quando tive oportunidade de explicar ao Sr. Primeiro-Ministro a situação em que estávamos, relativamente às projeções, e ao modelo, etc., e explicar-lhe o que estávamos a começar a fazer — estávamos ainda a desenvolver a contribuição e as medidas. Ele, o mais depressa possível, nessa altura, promoveu uma reunião, com o meu Ministro e comigo, seguindo-se esta a uma reunião em que estava com o Ministro das Finanças, ou seja, aproveitaríamos a saída dele. A assim foi, tivemos, então essa reunião. Foi uma reunião de primeiro contacto, e nada mais.

Mais tarde, tivemos uma reunião formal, a um domingo, com dois ministros e éramos três secretários de Estado. A privatização estava já presente. Não tínhamos começado o processo — tudo isto foi antes de começar o processo, e haveria tempo —, mas estava para breve. Julgo que houve uma má avaliação e uma má perceção de tudo isto.

Acho um erro...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pela parte de quem, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Acho que foi um erro histórico...  
Diga?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pela parte de quem?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Das finanças. As finanças estavam legitimamente, mas legitimamente... Devo confessar uma coisa, é um pormenor que me impressionou. Numa outra reunião, anterior, que tive com a Secretária de Estado da altura, a Maria Luís, só os dois, estávamos em reunião, ela interrompe porque foi chamada, esteve bastante tempo fora, e chega ao pé de mim lívida, lívida mesmo, e disse-me: «nós não temos dinheiro nem para mandar engraxar os sapatos... Não há dinheiro!». Portanto, ela vinha lívida! Esse era o ambiente que se vivia. Por isso, percebo perfeitamente as preocupações da privatização, de ultrapassar isso tudo. Mas foi uma oportunidade perdida e foi uma má avaliação.

E não foi porque não se explicasse. Mais ainda: na altura em que se explicou a contribuição, etc., um dos argumentos que apresentei era o de o valor da contribuição vir a afetar em cerca de 10%. Isto se fosse repercutido e se tudo fosse linear, que não é. Mas, porque a EDP representa 50% de todo o mercado, e a contribuição era para 100%, e porque o que estava em jogo,

a venda, eram 20%, o valor que diminuiria a contribuição ou o valor que os concorrentes dessem era cerca de 10%. Tudo o resto ficava no setor e sanearíamos o setor. Não houve receptividade para compreender isto.

Teríamos entrado, a partir dessa altura, com... ou sem dívidas tarifárias, quando as corrigíssemos, mas entrávamos num caminho de estabilidade, mais fácil para todos nós, e não tínhamos perdido — e aí têm toda a razão, agora, os muitos críticos, porque andámos a perder — estes anos. Mas a culpa não é de quem diz que há rendas excessivas. A pergunta é: quem andou a pôr as rendas excessivas debaixo do tapete e não as resolveu?

Não se pode construir o futuro com os pilares podres.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha última pergunta, nesta fase da reunião, tem que ver com o tal acordo entre o Governo, negociado pelo Ministro Álvaro Santos Pereira, já após a sua demissão, com a EDP.

A nossa Comissão de Inquérito e a Assembleia da República, tiveram acesso ao relatório — que é secreto — onde foram feitas grandes concessões à EDP, nos CMEC, na garantia de potência e na taxa de juro.

Há uma sequência de perguntas que lhe queria colocar, para clarificar, que têm que ver com o conhecimento que teve, ou não, do andamento desse processo, que deu origem a esse relatório, e a esse acordo. Como é que avalia o resultado final? Como é que considera, em particular, esses princípios constantes da taxa de juro a aplicar aos montantes diferidos? E o que é que poderia justificar que houvesse princípios não tornados públicos, nessa definição? O que é que sabe sobre o desenvolvimento, a concretização e as consequências desse acordo e do que estava nele previsto?

Fico por aqui, muito obrigado.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Obviamente, talvez tenha acompanhado um pouco mais do que o público em geral, porque tinha interesse, tinha curiosidade.

Mas, uma coisa é certa...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha pergunta incluía o momento em que estava em funções como Secretário de Estado, não era só se tomou conhecimento.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Durante, não se fez nada, de facto. Andámos à procura de fazer, mas não fizemos. Fizemos outras coisas, que eu enunciei. E fez-se muita coisa. Mas, relativamente a isto das rendas, nada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas queria esclarecer. Estava a referir-me ao documento de abril de 2012...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Já não é meu.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas, naturalmente, não há de ter sido feito numa semana. Não será o resultado de um processo de uma semana.

Portanto, a pergunta é se, nesse acordo para a redução a taxa, que foi alcançado com a EDP, ao nível do Ministério, o senhor, enquanto Secretário de Estado, tomou conhecimento desse processo, dessa negociação, desse diálogo, ou não.

Era disso que estava a falar, peço desculpa.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não estava lá e não segui... Não estava lá...

Mas o que me inflama mais eram decisões de política energética, grandes apoios, não eram os jogos de taxas, etc., ainda que esses sejam muito importantes também, mas nem tenho acesso a informação, portanto...

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, a primeira ronda. Fazemos 10 minutos de intervalo e voltaremos para as seguintes rondas.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos, então, continuar.

Relembro que entramos, agora, na segunda ronda. Cada grupo parlamentar tem 5 minutos para levantar questões. Relembro, mais uma vez, ao Sr. Engenheiro, que seria importante tomarmos notas das perguntas para depois termos, no período indicativo de 25 minutos previstos, tempo de responder, na esperança de que as perguntas sejam todas feitas e de que as respostas sejam todas satisfatórias, para não termos necessidade de fazer uma terceira ronda. Mas, o futuro o dirá.

Tem, assim, a palavra, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, para iniciar a segunda ronda.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, irei então formular oito perguntas em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Engenheiro Henrique Gomes foi, publicamente, o primeiro governante a falar em apoios excessivos à produção de energia, conforme fez referência, invocando a entrevista que concedeu ao *Diário Económico* no dia 16 de novembro de 2011.

Nem um mês depois dessa mesma entrevista, na carta de intenções do Governo português à troica, datada de 9 de dezembro de 2011, é mencionada a existência de rendas excessivas no setor da energia.

O Sr. Engenheiro recusa a autoria da inserção dessa menção naquela missiva, mas a verdade é que essa menção passou a constar do memorando de entendimento.

Por isso, pergunto-lhe: qual foi a sustentação técnica que utilizou para afirmar, em 2011, que existiam rendas excessivas no setor elétrico?

Repare, Sr. Engenheiro, que o estudo de rendas excessivas, o *Rents in the Electricity Generation Sector*, só viria a ficar pronto em janeiro de 2012. Portanto, não é neste estudo que reside a sustentação técnica para a afirmação que produziu. Por isso pergunto: onde reside essa mesma sustentação técnica?

Já que falamos desse estudo, sabemos que o mesmo sugeria um conjunto de medidas que, aplicadas, conduziriam a cortes de 3,2 mil milhões de euros. Medidas como aplicar 80% em receitas com as licenças de emissão de CO<sub>2</sub> na redução do défice tarifário com um potencial de poupança de 250 milhões/ano; alterar o regime de apoio à cogeração, permitindo uma poupança de 25 a 75 milhões de euros/ano; revisão do mecanismo de garantia de potência, permitindo uma poupança de 62 milhões euros/ano; e acabar com as rendas excessivas nos regimes dos CAE, CMEC e PRE, estimando uma poupança de 300 milhões de euros/ano.

Repare, Sr. Engenheiro, que a criação de uma contribuição semelhante àquela que veio a ser designada por CESE não consta deste estudo e, por isso, deixo-lhe a segunda pergunta: por que razão insistiu o Sr. Engenheiro na sua criação e não no desenvolvimento das referidas medidas, preconizadas no estudo das rendas excessivas?

Dirá o Sr. Engenheiro, eventualmente, que a criação desta contribuição é anterior à aprovação deste estudo. Aqui sou novamente obrigado a dizer, e com isto faço a terceira pergunta: então, em que estudo é que se baseou, sustentou, para avançar com essa proposta da criação dessa contribuição?

Quarta pergunta: quais foram os argumentos que utilizou, junto do Sr. Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, para justificar a introdução desta contribuição?

Pergunto, também — quinta pergunta —, se o Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira, ou o Sr. Ministro Vítor Gaspar, com quem reuniu, segundo as suas declarações, duas vezes, excluíram — repito, excluíram — poderem vir a avançar com a medida por si proposta, uma vez concluído o processo de privatização da EDP. Sim ou não?

Sexta pergunta: é ou não verdade que, depois da sua saída do Governo, já com o processo de privatização da EDP concluído, o Governo conseguiu fazer cortes nas rendas de energia num valor superior a 3,5 mil milhões de euros, valor este que foi validado pela troica?

Sétima pergunta: é ou não verdade que estes valores foram conseguidos — repare bem, Sr. Eng.º Henrique Gomes — na esmagadora maioria dos casos, por via comercial e abordando nem mais nem menos do que os instrumentos que estão identificados no referido estudo das rendas excessivas?

Por fim, Sr. Engenheiro, olhando para trás, pergunto se não acha que a sua demissão do cargo de Secretário de Estado da Energia pode ter sido um ato um pouco precipitado?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, até pela economia de tempo.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro Henrique Gomes, cumprimento-o novamente.

Sr. Engenheiro, já foi aqui aflorado na primeira ronda um conjunto de questões e começaria novamente pelos CMEC. O estudo da ERSE revela cerca de 510 milhões de euros de custos a mais, foi um estudo que já foi muito debatido aqui também nesta Comissão de Inquérito, mas na altura o Decreto-Lei n.º 240/2004 teve um parecer da ERSE, que também já foi aqui falado, que apontava para cerca de 600 milhões.

A primeira pergunta — até porque ninguém tem dito que conhecia o parecer da ERSE — é se conhecia esse parecer da ERSE, visto que o Secretário de Estado da altura com competências na área da energia disse que tomou uma decisão que hoje não teria tomado daquela forma, sem conhecer o parecer da ERSE.

Pergunto se o Sr. Engenheiro conhecia esse parecer e se, na sua opinião, o Governo da altura desvalorizou os pareceres dos reguladores, se desvalorizou também os pareceres de um conjunto de entidades e acabou por aprovar uma homologação de contratos já com o Governo em gestão e se isso, na sua opinião, foi algo precipitado.

Em relação também ao estudo que já aqui foi sobejamente debatido e também, na primeira ronda, por mim questionado, e depois também os estudos quer da NERA, quer também do Prof. João Duque, do ISEG, que também já foram debatidos tanto nesta audição como em outras reuniões desta Comissão, quero perguntar-lhe diretamente, do ponto de vista metodológico, o que tem a dizer sobre esses estudos e também sobre os ataques do estudo — obviamente, estudos existem muitos, tal como disse que chapéus existem muitos — mas como responde, do ponto de vista metodológico, aos ataques do estudo do qual teve responsabilidade, sofreu.

Outra matéria sobre a qual pretendo questioná-lo sobre uma matéria que já foi aqui aflorada na audição do Prof. Carlos Zorrinho, que tem a ver com a transição de pastas. O Prof. Carlos Zorrinho disse que o Eng.º Henrique Gomes optou por não ter qualquer conversa ou qualquer reunião

típica da transição de pastas, o que não é a prática corrente do que normalmente acontece entre governos e gostava de perceber porquê, qual o motivo de não ter querido falar com o Governo anterior.

Uma outra questão é a seguinte: sendo o Eng.º Henrique Gomes — e já aqui foi afluído — uma das primeiras pessoas a falar das eventuais rendas excessivas, em 2011 pede um estudo à Boston Consulting Group sobre o setor elétrico. Dado que grande parte das pessoas que aqui foram inquiridas, o Eng.º João Conceição, o Prof. Ricardo Ferreira, o Dr. Miguel Barreto, são pessoas originárias dessa consultora, não acha que seria algo que não faz muito sentido estar a pedir um estudo também a essa consultora, com as ligações conhecidas a essas empresas?

Uma outra pergunta que lhe quero fazer tem que ver novamente com o Secretário de Estado que lhe sucedeu. Foram adotadas medidas, algumas delas até embandeiradas, sobre as rendas excessivas, nomeadamente sobre a redução dos juros à Portaria n.º 85-A/2013, gostaria de conhecer a sua opinião sobre essa Portaria e se existiram ou se conhece contrapartidas que foram dadas aos eletroprodutores e às empresas do setor para essa questão.

Uma última pergunta tem que ver com a CESE. Foi aqui dita a posição do então Ministro das Finanças, Dr. Vítor Gaspar. Também ficou mais ou menos implícita a posição de outros membros do governo, nomeadamente do Prof. Carlos Moedas, de questionar quais eram as razões que lhe foram colocadas para a não aceitação dessas medidas, porque já foram aqui debatidas. Provavelmente tinha a ver com a questão da privatização da EDP, também com a questão de garantir que o ativo tivesse robustez, mas gostava de o questionar diretamente sobre quais os motivos que lhe colocaram para a não aceitação destas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em primeiro lugar, queria perguntar ao Sr. Eng.º Henrique Gomes que visão tem, qual é a sua opinião acerca do problema da titularização da dívida tarifária. Mais uma vez, no seu mandato teve de confrontar-se com a EDP e com perspetivas diferentes a respeito do regime em que estes diferimentos poderiam ser transmitidos, digamos, esta dívida poderia ser transmitida pela parte da EDP no mercado e sobre a forma como os ganhos assim obtidos deveriam ser repartidos entre a EDP e os consumidores. Gostava que atualizasse um pouco a sua perspetiva sobre essa questão ao dia de hoje.

Sobre os terrenos da REN, percebi a sua resposta na primeira ronda. Pergunto-lhe se quando esse processo decorreu foi ou não ponderada a entrega dos terrenos ao Estado, na medida em que estamos a falar de terrenos do domínio público hídrico. Nós hoje encontramos-nos numa situação caricata, que melhorou em termos de custos para os consumidores em relação ao passado, mas ainda continua a ser absurda, que é a situação de estarmos a pagar na fatura elétrica uma renda a uma empresa privada pela utilização de terrenos do Estado, de terrenos do domínio público hídrico. Isto é uma situação que não se consegue explicar a ninguém, não é?! Estamos a pagar pelo que é nosso a uma empresa que é privada. Por que razão é que, no momento da separação ou no momento seguinte em que esta remuneração é estabelecida, em vez de onerar os consumidores, se tomou como opção retirar esse peso do balanço da REN, devolvendo-o à esfera do Estado.

Sobre a questão dos terrenos da central do Pego, na sua audição aqui na Comissão, a Presidente Executiva da Tejo Energia, a Dr.ª Beatriz Milne, referiu que quando adquiriu o terreno da central do Pego no ano de 2007, comprou a possibilidade de ter a propriedade do terreno e da central após 2021. Há uma escritura pública, comprada pela Tejo Energia à REN por 23 milhões de euros e o seu desmantelamento é assumido. Porém, as avaliações

do terreno da central do Pego, feitas pela consultora CPU e pela Caixa BI, não incluem qualquer valorização dos equipamentos industriais implantados naqueles terrenos. É uma avaliação estritamente sobre o edificado, sobre o potencial de valorização económica futura na lógica da urbanização ou de outras utilizações do terreno, não sobre o que lá está implantado.

Portanto, não foi por isso, não foi em torno da presença da central que foi definido o valor daquela avaliação. Como é que então a central foi alegadamente vendida pela REN por um preço que não refletiu o valor da própria central, que afinal estava a passar para a propriedade da Tejo Energia, pelo menos assim pensa a sua atual administração. E porque é que a Tejo Energia aceitou ficar com a obrigação de pagar o desmantelamento da central se nada na lei nem no contrato de aquisição de energia a obrigava a ter esse custo? Tem conhecimento de algum contorno da negociação que houve com a Tejo Energia para que ela aceitasse ficar com o ónus do desmantelamento da central?

Finalmente, sobre a central de Sines, já se referiu aos seus cálculos sobre o valor da continuidade do funcionamento da central de Sines, referindo-se a 500 milhões de euros. Nós recebemos aqui, na Comissão, uma valorização feita pela parte da ERSE, que no seu cenário base aponta o valor económico da extensão do funcionamento da central de Sines, entre os anos 2017 e 2025, em 950 milhões de euros. Este valor é quanto a EDP fica a ganhar por ter em continuidade de funcionamento uma central cujo valor residual era zero em 2017, portanto, estava inteiramente amortizada, paga pelos consumidores, com equipamento tecnologicamente avançado, pago pelos consumidores, e hoje essa central está a produzir lucro líquido para a EDP a este ritmo — 950 milhões de euros, contas da ERSE nos anos de 2017 a 2025.

A minha pergunta é a seguinte: quando o senhor era Secretário de Estado, a EDP já tinha uma licença sem prazo, uma licença não vinculada,

mas ainda se previa o encerramento da central para 2017, era isso que constava dos relatórios de monitorização e de segurança do abastecimento. Pergunto se tem alguma informação ou se quer adiantar-nos alguma coisa sobre o modo como foi decidido a continuidade do funcionamento, quando o RMSA (Relatório de Manutenção de Segurança de Abastecimento) passa a referir-se à continuidade em 2014 e como é que define esta extensão, porque a atribuição da licença sem prazo, o direito a uma licença sem prazo, ficou previsto no Decreto-Lei 240/2004, mas o Decreto não previa nenhuma compensação a pagar pelo produtor. Considera que foi o Decreto-Lei 240, que ao permitir o acesso a uma licença sem prazo, a uma licença não vinculada, sem impor, desde logo, uma compensação, foi isso que abriu caminho a que a EDP hoje possa estar a beneficiar desta vantagem e deste privilégio?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Como acho que esta Comissão está a chegar ao fim e, porventura, não é necessário fazer mais audições, uma vez que saímos daqui sem conseguir identificar com o responsável máximo das rendas excessivas, uma única, então vou pegar nesta questão de Sines.

É que a ERSE identifica 950 milhões, mas depois não diz porquê, porque a dificuldade é esta, é a de transformar a pergunta clara: estamos a falar de quê?! E porque quero repegar nesta pergunta? Porque o seu chefe de gabinete denunciou ilegalidades ou irregularidades na concessão à EDP da licença da exploração da central térmica de Sines.

Para confirmar mais esta teoria, quero saber de que irregularidades estamos a falar, se corrobora da opinião do seu chefe de gabinete, se teve conversas com ele e como é conjuga esta previsão verdadeira do Decreto-Lei n.º 240/2004 com o Decreto-Lei n.º 183/1995, porque houve vários

governantes e vários responsáveis que nesta Comissão disseram que a central de Sines está perfeitamente legal, é *ab initio*, desde 1995 que está perfeitamente legal, não pode haver reversão. Inclusivamente, o regime do Decreto-Lei 183/1995 determina que as centrais térmicas que estão na produção não vinculada não têm prazo.

Também gostava que me dissesse se estudou esta matéria, se o alerta do seu chefe de gabinete teve alguma consequência e por que é que o Estado, não tendo razão, não acionou para evitar estas supostas rendas excessivas que estão aqui.

Gostava igualmente de lhe perguntar — para tirarmos aqui proveito dos nossos trabalhos na Comissão de Inquérito e porque pode haver uma zona cinzenta que precisamos de esclarecer — sobre uma matéria que se chama domínio hídrico público. Pretendemos saber se à data, enquanto Secretário de Estado ou enquanto cidadão, fez essa análise, porque não é normal... Nós assistimos à ERSE, enquanto ainda entidade pública, a ter um valor desse ativo, à própria EDP aceitar pagar por esse ativo — e eu deduzo que a EDP o queira fazer para ter garantia jurídica de uma extensão maior de exploração, mas sou eu a pensar; a EDP corrige o valor, o Governo, *a posteriori* faz uma resolução do Conselho de Ministros para entregar a duas entidades financeiras para que façam o estudo, sem que nada o obrigasse. A ERSE faz uma provação, *a posteriori*, dos valores corrigidos e há um conjunto de individualidades — não sou eu que o digo, eu aqui tento não ter opiniões —, nomeadamente alguns reguladores que disseram «Esse, sim. Esse feriu gravemente o interesse público. Esse negócio da extensão feriu gravemente o interesse público». Eu gostava de lhe perguntar o que pensa também sobre essa matéria.

Eu não discordo da sua ideia de criar uma CESE. Podemos depois discutir os valores dessa CESE, mas a verdade é que porventura essa sua ação da criação da CESE teve até origem e teve consequências positivas. E

porquê? Porque o Governo de que fez parte acabou por fazer reais cortes, já enumerados aqui e que vou repeti-los. Porque, na realidade, há uma Comissão de Inquérito sobre as rendas excessivas. Há um estudo que foi usado como motor desta Comissão de Inquérito, que é o *Rents in the Electricity Generation Sector*, e o que V. Ex.<sup>a</sup> disse hoje é que a realidade desmente o estudo. Esse estudo não tem nenhuma página de rendas excessivas e o que diz sobre os WACC é que eles não são irrazoáveis.

Portanto, temos hoje um Governo na tentativa de cortar rendas excessivas e cortou bola!

Mas o Governo de que V. Ex.<sup>a</sup> fez parte, como estava no memorando de entendimento – aliás, foi confirmado aqui pelo Dr. Carlos Zorrinho que, de facto, houve algum excesso de boa vontade, para ser simpático –, foram reduzidos subsídios aos produtores de eletricidade em cogeração e não foi de boca; foi através da Portaria n.º 140/2012.

Nas eólicas queria perguntar-lhe se ponderou esse efeito conjugado de tarifas *feed-in* com necessidades de *backup* em centrais que têm CAE e CMEC – e há muita gente que diz que esse efeito conjugado gera rendas excessivas – e se considera que pode estar aí a causa das rendas excessivas e se, já agora, nos pode quantificar, se fez essa análise, de quanto é que estamos a falar, ou se não fez, mas a verdade é que o Governo de V. Ex.<sup>a</sup> fez parte, e depois saiu, nas eólicas fez um acordo de redução de custos, alcançado com os produtores eólicos que beneficiavam de regime remuneratório anterior a 2005, e também não foi de boca; foi através do Decreto-Lei n.º 35/2013.

Nas pequenas centrais hídricas também não foi de boca, foi a introdução do período de 25 anos para duração da tarifa garantida em pequenas centrais hídricas; Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. **Presidente**: — Esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Bom, o Sr. Presidente não me deixa falar dos CMEC nem da garantia de potência, mas queria só para deixar claro que houve um Governo, de que V. Ex.<sup>a</sup> fez parte, que cortou, efetivamente, rendas e que há um outro que prometeu cortar e não cortou e acabamos numa comissão de inquérito sobre supostas rendas excessivas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu deixo; só lhe chamo a atenção para a gestão do tempo. Foi a única coisa que fiz, não lhe retirei a palavra.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Eng.<sup>o</sup> Henrique Gomes, começo, desde já, pela questão que ainda agora estava a ser colocada sobre aquelas extraordinárias medidas de cortes nas rendas excessivas e pedia-lhe que se pronunciasse sobre essa matéria, até porque, ainda há pouco tempo, vinha outra vez aquela conversa dos 4000 milhões de euros que tinham sido cortados – aliás, na sequência de uma resposta do seu chefe de gabinete, Tiago Andrade de Sousa, a uma Deputada do PSD.

O Sr. Engenheiro tem uma opinião muito crítica sobre essa propaganda que é feita relativamente a essas decisões e falou mesmo, se não me engano, nas mistificações dos pacotes de cortes do Governo anterior e, se não me engano, até chegou a referir que o incumbente ficou intocado. Portanto, pedia-lhe que esclarecesse um pouco esta matéria.

Já agora, o Sr. Engenheiro referiu, há pouco, um aspeto que tem a ver com o enorme valor estratégico do monopólio de toda a bombagem e eu gostava que pudesse referir essa questão, no sentido de identificar em que momento é que essa matéria em concreto foi referida, porque, depois, não veio a ter qualquer consequência ou qualquer efeito do ponto de vista das decisões.

Os críticos da tese da existência de rendas excessivas referiram, e referem, que saiu ou vai sair muito caro ao Estado espanhol os cortes, entre outras, que terá feito em Espanha e falam das decisões dos tribunais arbitrais internacionais, que, supostamente, vão condenar o Estado espanhol a pesadas indemnizações contra as sentenças dos tribunais espanhóis que deram razão ao Estado e, sobretudo, que tais cortes condenaram Espanha à desertificação dos investimentos estrangeiros na área da energia.

Pergunto-lhe o que pensa destes argumentos e que enquadramento é que faz desta abordagem.

Relativamente aos CMEC, de que temos estado aqui a falar, à avaliação dos CAE e dos CMEM e à passagem dos CAE a CMEC – aliás, o *slide* que estamos a ver (*slide* 10) refere dessa transformação e das mais-valias que foram na sua grande maioria, entregues aos interesses privados – gostaria que o Sr. Engenheiro retomasse esse assunto, pudesse aprofundar essa matéria e relembresse aquela afirmação que fez, em 2017, que foi a seguinte: «quando olhei para os CMEC achei que eram maus demais...»

Portanto, sua perspectiva, por que é que uns passaram e outros não, qual foi a sua negociação ou renegociação com consequentes alterações, por que é que eram maus demais?

Sobre a garantia de potência e serviço de interruptibilidade, considera justificados e necessários os instrumentos que foram criados pelo segundo Governo PS/Sócrates com o Ministro Vieira da Silva e o Secretário de Estado Carlos Zorrinho? Como é que avalia esses mecanismos e como é que os avalia após as alterações introduzidas pelo Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches.

Em termos de política energética e de estratégia nacional, como é que avalia o atual *mix* energético, em particular de penetração de energias renováveis?

Na sua apresentação referiu Portugal como o terceiro país da Europa com maior penetração das energias renováveis e eu pergunto-lhe se considera ser necessária nova potência adicional nestas fontes e quais as consequências dessas opções e desse inflacionar de potência.

Pode dar-nos o seu entendimento deste conceito de transição energética e quais as consequências dos instrumentos de mercado utilizados – mercado de carbono, energias renováveis – no setor elétrico nacional». As renováveis foram, em todos os países que as intensificaram, pagas, porventura, aos preços que foram garantidos em Portugal? E essa questão... Há pouco falava da rentabilidade em Portugal *versus* outros países e eu gostava que colocasse isso também à luz desta problemática da transição energética.

Como responde o Sr. Engenheiro à argumentação, que foi trazida a esta Comissão de Inquérito por mais do que uma vez, em particular pela APREN, de que as eólicas permitiram a melhoria da balança comercial por redução da importação de combustíveis fósseis, a estabilização da oferta e a baixa de preços de energia, a criação de um *cluster* industrial ligado as energias renováveis. Como é que enquadra esta abordagem, esta ideia, que tem vindo a ser colocada?

Finalmente, uma questão que tem a ver com as considerações relativamente a medidas do atual Governo, do atual Secretário de Estado João Galamba, nomeadamente no estabelecimento de novas tarifas fora do mercado para as centrais solares, na utilização do sobre-equipamento em igual situação, ou recuo na moralização pela reversão do apoio, na dupla subsídio verificada nas eólicas, ao que tudo indica por acordo com a EDP, ao que tudo se confirma por acordo com a EDP, que terá aceite em troca pagar a CESE em dívida.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, agora, em condições de iniciar as respostas, pelo tempo indicativo de 25 minutos.

Tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Vamos lá ver se me lembro das questões todas: rendas excessivas, onde reduzir as rendas excessivas...

O Sr. **Presidente**: — Sobre a sua afirmação de que à época de que havia rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, sim...

O Sr. **Presidente**: — Precisa de ajuda?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, só estou a ver o parecer...

Antes da determinação das rendas excessivas não quer dizer que os efeitos não estivessem cá; o que se fez foi quantificar!

Sabia-se isso e pode saber-se isso, como? A grande sede das rendas excessivas era, essencialmente, a PRE, com a cogeração, naquela altura, e também nas eólicas.

O que fizemos? Investimos imenso, muito rapidamente, muito cedo e muito caro! Isso não traz, por si, só as rendas excessivas; traz sobrecustos elevados, mas, depois, se começarmos a olhar para os relatórios e contas e compararmos e há estudos que se podem fazer, não estudos formais, mas se pegarmos nos relatórios formais da EDP – o que eu aconselho a todos que o façam – consegue ver-se facilmente qual a rentabilidade nos vários mercados e ao longo do tempo e já naquele tempo – e isto não é de agora – nós percebíamos perfeitamente qual era o mercado mais rentável.

Portanto, há rendas excessivas. Os efeitos nós sabíamos-los; agora, qual é a determinação? Só com o estudo é que soubemos.

O Sr. **Presidente**: — Sobre as medidas do estudo de 2012 que não fazia referência à CESE.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Porquê a aplicação da CESE ao invés das medidas preconizadas no estudo de 2012 sobre rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eu insisti na contribuição até determinada altura; até ela morrer!

Antes já havia as licenças de CO<sub>2</sub>, já lá estava; eu já tinha suspenso a garantia de potência. Mas, para mim, a garantia de potência não é uma renda excessiva; ou se paga ou não se paga, ou vale ou não vale, ou é preciso ou não é preciso. Naquele momento não era preciso, nós, naquele momento, na situação do sistema energético, com os relatórios oficiais da manutenção da segurança de abastecimento, tínhamos um parque produtor perfeitamente válido até 2030.

Portanto, não tínhamos problemas de rendas excessivas com o *mix* que não dava tanta estabilidade, mas essas razões têm de vir de relatórios técnicos e os relatórios existem; os políticos é que não tiram partido deles e não os consideram. Mas existem e eu conheço-os!

Portanto, a garantia de potência estava feita, a cogeração...

Sobre os 300 milhões nos CAE não estou a ver o que é, sinceramente...

A cogeração, com certeza, era para cortar, mas a cogeração era para cortar, porque havia muita cogeração que era fraudulenta, havia outra que

não se justificava e havia outra que não se justificava do ponto de vista técnico e não sob o ponto de vista legal.

Agora, para se mexer na cogeração eu não mexeria, e estava a preparar-me para fazer um levantamento e para começar a controlar e fazer inspeções, etc., porque mexer às cegas no setor industrial, naquela altura, era preciso ser inconsciente.

Portanto, era preciso fazer um levantamento, identificar as condições, cortar, e não era cortar às cegas, a cogeração e cortar primeiro os fraudulentos, acabar com eles, e, essa, era a minha aproximação.

Nos CAE é que eu não percebo, sinceramente, onde é que se cortou os 300 milhões...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PS): — Na totalidade: CAE, CMEM e PRE.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Ah, pronto, está bem. Mas na PRE está lá o Decreto-Lei n.º 35/2013? Eu, na PRE, não vejo cortes nenhuns, nessa altura, ou não me lembro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O PSD chama corte à compra da extensão!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Isso não é corte!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pois não!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Recapitulando: o CO<sub>2</sub> nós é que identificámos e, quando eu sai, o Ambiente não tinha dado a luz verde e demorou muito tempo a dar a luz verde; a cogeração não se podia fazer, ou, pelo menos era inconsciente fazê-lo e eu não o faria; a garantia de potência

já tinha sido suspensa, aliás, foi das primeiras ações que fiz, ou seja, suspender a garantia de potência; em CMEC talvez mexer qualquer coisa, porque nos outros CAE não mexem; e na PRE, se é aquilo, vou ali e já venho, desculpem a expressão.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O estudo não é meu;

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — De acordo, com certeza.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não se vire para mim...!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Só estou virado para si para lhe responder, mais nada!

O Sr. **Presidente**: — Em que estudos se baseou para a CESE?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Em que estudos? Aí é o contrário: há um modelo, há as medidas, mas há uma coisa que falta. Vamos ver como é que a gente resolve isto? Vamos buscar uma contribuição. E é calibrar a contribuição com o cuidado de não matar ou de não aleijar ninguém e de ser justo.

Pronto, eventualmente as rendas... Se soubéssemos das rendas até tínhamos cortado mais, mas não era isso. A preocupação primeira era a do equilíbrio e não tínhamos outros elementos, se não a sensibilidade técnica e os relatórios e essas coisas.

Agora, se a demissão...

O Sr. **Presidente**: — Não. Quais os argumentos utilizados por Vítor Gaspar?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não utilizou. Que argumentos houve...?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Que argumentos é que o Sr. Engenheiro utilizou junto do Sr. Ministro Vítor Gaspar...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Ah!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): —... para justificar a contribuição?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Que era essencial para o setor elétrico, para o seu equilíbrio.

Precisamos de estar ocupados a fazer política energética e não a sanear heranças mal feitas, etc. É fazer política, é andar para a frente, não... Era isso que a gente precisava.

Mais: as privatizações teriam sido feitas muito calmamente se tivéssemos feito estas coisas antes. Disse-lhes: a estabilidade regulatória era conseguida assim. Não o fazendo, a dívida tarifária continuava a aumentar, os recursos financeiros, que eram escassos no País, iam para a EDP, para a dívida da EDP que já estava excecionalmente alta. E isso custava ao Estado, na privatização, 10% de todo o valor.

Estes foram os argumentos!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu só queria saber!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — No último argumento que lhe dei, disse: «Já agora há mais um...» — mas isto demorou umas duas horas. Levei um dossiê com contas, com argumentos, com tudo.

Ao fim desse tempo todo, disse: «Olhe, há mais um argumento que é político. É das poucas oportunidades que este Governo tem, neste momento, para estimular a economia e aliviar as populações». Virou-se para mim e disse: «Esse argumento é político, está acabada a reunião».

Foi assim a discussão.

O Sr. **Presidente**: — Se houve cortes, se não houve cortes...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não, não. Se Álvaro Santos Pereira e Vítor Gaspar excluíram essa hipótese antes de negociar a privatização?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não explicitamente. Mas diria que sim, na medida em que, feita a privatização, qualquer mexida era negociada. E tinha de ter uma razão.

O Sr. **Presidente**: — Isso aconteceu ou não?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Preparei-me. Tinha negociadores bons; tinha um estudo; tinha um alvo e tinha de negociar com a EDP e com os outros, que são uns *lobbies* fortíssimos e têm o controlo em comunicação. Controlam uma série de coisas.

E eu não podia dizer que o nosso objetivo — eu não, o Governo! — era este?! Até nos estávamos a expor, mas era correto. Era a única maneira, que eu, pessoalmente, encontrei para poder... Era tática? Era. Mas era a única e ia discutir, negociar com eles, perfeitamente.

Quer na contribuição, que está na envolvente arbitrária do Estado, quer, depois, na negociação, nunca se mexeram em contratos. Mais e é uma coisa muito engraçada: quando veio para cá o MoU e a troica, quando se

assinou o MoU, imediatamente depois, ainda não havia Governo — eventualmente já havia ligações, não sei quando —, já andava a associação das renováveis a chamar a atenção de que não se podia mexer em nada, porque o MoU nos dizia que era preciso cortar as coisas e que era proibido e aqui d’el rei, etc.

Já nessa altura! Estava eu a começar o modelo de equilíbrio e os jornalistas do *The Financial Times* estavam a telefonar-me para perguntar: «O que é que vocês estão a fazer, porque estão a mexer em contratos?!»

Nunca mexemos em contratos nenhuns! Agora, adiantando um pouco a resposta: o contencioso em Espanha é praticamente concentrado no solar. Porquê? Porque a asneira que o Governo fez no solar foi enorme: as tarifas! Depois teve de cortar à bruta e cortando à bruta não foi equilibrado e pôs em risco ou levou à falência algumas empresas. E são essas que estão propriamente em jogo.

Porquê? Em tudo o que são taxas, etc., todos os tribunais — e, por acaso, tenho no computador, porque tive esse cuidado, mas não os conheço todos — têm dado razão a Espanha.

Mais: a União Europeia está a apoiar Espanha em todo o lado, mesmo naquelas três. Neste momento, e até agora, só perdeu três... Mas também só foram julgadas cinco ou seis e houve uma desistência, portanto só duas é que acabaram a favor de Espanha e três não ...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não temos esses números!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não! Depois tem 40 em *pipeline*!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ah! Está bem!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não julgados.

Está bem, mas aquilo vai ser a mesma coisa, porque os argumentos são os mesmos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, vamos tentar-nos focar, porque a ordem é muito importante. Já está a responder ao Deputado Bruno Dias, mas faltam três questões ainda para acabar de responder ao Deputado Jorge Paulo Oliveira.

A saber: após a privatização fez ou não fez cortes? Esses valores foram conseguidos por via negocial e com recurso às medidas que estavam previstas no próprio estudo?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sr. Presidente, está a falar de quê agora?

O Sr. **Presidente**: — Estou a falar das perguntas do Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. Engenheiro, com a questão de Espanha, é que já estava a responder ao Deputado Bruno Dias que foi o último a fazer perguntas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Que argumentos víamos após a privatização...

O Sr. **Presidente**: — Não.

Se após a privatização o Governo, do qual o senhor fez parte, fez ou não fez cortes...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, não tive tempo!

O Sr. **Presidente**: — Se esses valores foram conseguidos, ou não, pela via comercial e, ao fim e ao cabo, com o recurso a medidas que tinha previsto nos documentos do seu tempo e se a sua demissão, face a isto, foi ou não precipitada. São estas três questões que falta responder.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — E que valores? Não apanhei, peço desculpa.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — 3,5 mil milhões!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — *Okay*.

Oiça, essa é uma verba que é difícil apanhar, porque estamos a falar de coisas que são reduções e compensações, de coisas que têm um prazo de três ou quatro anos e outros que se estendem... A gente não sabe. Nestes 3,5 mil milhões, do que é que a gente está a falar? De coisas que vão para o Orçamento do Estado e não vão para a energia, não ficam na energia.

Diria que isto — digo eu — é uma discussão estéril. Fiz algumas contas no início. As minhas contas, quando acompanhei aquilo, estão um bocado longe disto. E estão um bocado longe por causa destes critérios, mas dependendo dos critérios, diria que em 2100 a gente tem isto tudo resolvido, os 3500 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Mas consegue mensurar? Se não são 3500, nas suas contas, andava a...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Porque me perdi...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta é: houve cortes ou não houve? E já estamos a discutir o montante dos cortes, sem termos respondido à pergunta base que foi colocada.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Se pusermos metade...

O Sr. **Presidente**: — E agora fiquei eu próprio baralhado, Sr. Engenheiro! Há ou não há cortes?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Se pusermos metade disso, independente do espaço temporal, estamos, talvez, mais corretos. Mas uma coisa é certa: o défice e as contas começaram a descer ainda no final, com o meu sucessor, e continuaram a descer agora, e bem!

Portanto, os efeitos estão lá. Esta é uma discussão que me repugna um bocado.

Não tenho os elementos todos. Acompanhei no início, tenho uma convicção, mas é irrelevante. Sinceramente. Peço desculpa, mas é irrelevante.

O Sr. **Presidente**: — O importante é perceber...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Há aqui um suflê...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, se calhar é melhor eu auxilia-lo. Temos agora as perguntas do Partido Socialista.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Agradeço.

O Sr. **Presidente**: — A primeira tem a ver com o parecer da ERSE, de 2004, e se o Governo da altura o desvalorizou e se acha normal o facto de o Secretário de Estado de então ter dito que tomou uma decisão, porque não conhecia o parecer e que se fosse agora já não a tomava. Conhece este parecer da ERSE de 2004? Estamos a falar do parecer dos CMEC?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eu conheço o parecer da ERSE de 2004, sobre o Decreto-Lei n.º 240/2004!

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Conheço, já o li. É longo. Sim. Conhecia o parecer.

O Sr. **Presidente**: — Foi desvalorizado na altura?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Completamente!

O Sr. **Presidente**: — Segunda questão...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei por quem, não me interessa muito. Se a pergunta é essa, foi. Na minha opinião foi.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

É normal o decisor político não ter em conta, ou alegar desconhecimento de relatórios deste tipo, como foi o caso?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sobre os estudos de Cambridge, de NERA, de João Duque, o que é que acha deles, do ponto de vista metodológico?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não conheço os estudos, mas conheço a argumentação que foi feita ainda no outro dia aqui.

Sei que a grande argumentação, de um lado e de outro, é a utilização das duas taxas para fazer a avaliação.

O método mais universal, mas adotado é o WACC.

A utilização de duas taxas para cima e para baixo, para mim, não acho que seja correto. Foi desvalorizado... Foi dito na altura que a REN não era especialista, foi dito também que não era independente, mas a REN continua a fazer o mesmo trabalho, sempre o fez, sempre se relacionou com as entidades a esse nível.

Se a REN não é uma entidade independente neste momento, e naquele, porque é certificada, então, o Estado tem de lhe retirar, portanto, a certificação.

Depois, a REN recebeu algum benefício por ter feito as avaliações? Os avaliadores sim! Depois tiveram um prémio, eventualmente, quando foi a privatização da REN a seguir, pouco tempo depois.

Também aconselho, porque não é de leitura difícil, é intrincado, mas não é difícil, a leitura do parecer à queixa em Bruxelas, deque não sou subscritor. Contrariamente, àquilo que disse, a Comissão aceita queixas anónimas. Aliás, a maior parte delas estão anónimas e houve duas pessoas que deram a cara. Mas há muita gente subscritora, eu não sou.

Aconselho a ler as contradições. Aquilo parece que é feito a duas mãos... O relatório é todo normal, com as considerações, com as dúvidas, etc., e, quando chega ao fim, de repente... é a história que a gente já ouviu aqui.

Pronto, não digo mais nada. Julgo que respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, a pergunta seguinte é: porque é que não fez transição de pastas com o seu antecessor, Carlos Zorrinho?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Olhe, durante muito tempo, porque não sabia. Durante muito tempo achei muito estranho, porque quando saí das empresas de onde estava, a preocupação que tinha era a de fazer a passagem.

Cheguei a estar quatro meses para fazer a passagem ao meu sucessor, não em política, mas numa empresa. Eventualmente, a tradição não era essa. Mas também como não recebi dossiê nenhum, papel nenhum em cima da mesa... Achei estranho. Aliás, tenho muita consideração pelo Secretário de Estado que me antecedeu, mas achei isso muito estranho e achei que foi uma indelicadeza. Eventualmente, a indelicadeza foi minha e foi completamente involuntária, porque teria tido muito gosto em ter falado com ele e isso ter-me-ia ajudado. Assim, andei um bocado «aos papéis», no início... Portanto, não tem outra explicação.

O Sr. **Presidente**: — Vou tirar daí uma conclusão: estiveram à espera um do outro.

*Risos.*

Percebemos todos agora! Depois de ouvirmos o Prof. Carlos Zorrinho e o Sr. Engenheiro, já percebemos!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Eventualmente, sim, o que é ridículo! Mas, então, pergunto: qual é a tradição? A pasta não será minha de uma próxima vez, mas, noutras circunstâncias, talvez... Qual é a tradição? Não sei, pá! Como nunca fiz isso...

O Sr. **Presidente**: — Vamos à questão seguinte, sobre o tema das rendas excessivas.

O Sr. Engenheiro pediu um estudo à Boston e a pergunta é no sentido de saber por que é que escolheu essa entidade, quando já existiam tantas pessoas que tinham passado pela empresa, no âmbito daquilo a que vamos chamando «portas giratórias». Ou seja, com tantas ligações e com tantas pessoas envolvidas, porquê a Boston e não outra entidade?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sobre isso, tenho duas coisas a dizer: primeira, a Boston não estava a trabalhar para a EDP — eu já tinha dito isso há um bocado — e, segunda, para mim, as pessoas não eram suspeitas de nada. Saíam de um lado, metiam-se no outro, eram boas... Podia haver casos que me surpreendiam sob o ponto de vista ético, mas...

Devo dizer que há uma outra diferença: eu enquadro e acompanho todos os estudos que faço, na minha vida, e foi assim também em todos os estudos que fizemos. Procuro não ficar nas mãos de ninguém, quero perceber, quero colocar as minhas dúvidas, e a minha equipa fê-lo, acompanhou tudo.

Portanto, tivemos o cuidado de saber que as pessoas não trabalhavam para os produtores, elas não estavam sob suspeição naquela altura, e acompanhámos todos os estudos. Aliás, sem a minha equipa, não se teriam feito alguns estudos, nomeadamente o do modelo.

O Sr. **Presidente**: — Resta responder a duas questões do Partido Socialista: uma relativa às medidas do seu sucessor, Artur Trindade, no sentido de saber o que acha das portarias e das medidas tomadas e se acha que houve lugar a contrapartidas; outra, que já foi colocada mas foi repetida,

tem a ver com a CESE no sentido de saber, ao fim e ao cabo, o que lhe disseram Vítor Gaspar e Carlos Moedas para não aceitar a sua proposta.

Esta última pergunta é repetida, mas engloba Carlos Moedas e, há um bocado, só se referia a Vítor Gaspar e Álvaro Santos Pereira.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Ora, vamos lá ver: sinceramente, peço desculpa, mas não vou comentar se o sucessor fez, se não fez.

O que acho importante é... Há uma medida que me choca, que é o Decreto-Lei n.º 35/2013. A mim, choca-me, porque era uma medida que eu já conhecia. Eventualmente, a proposta não era nos mesmos termos, não sei como é que ela foi feita, mas eu já conhecia a abordagem. Já sabia que queriam mexer naquilo, qual era a abordagem, etc., e já tinha rejeitado aquilo.

Ainda que se tivesse aceitado, então, dever-se-ia ter tido o cuidado de garantir o equilíbrio, a neutralidade entre uma coisa, em antecipação... Aquilo não são cortes, são medidas de tesouraria no sentido de «paga agora menos e recebemos a seguir».

Agora, aquelas condições, as garantias que foram dadas no meio da medida, é que são uma roleta russa e eu nunca o teria feito. A medida poderia ter feito, mas não era por causa dos cortes, era para alívio de tesouraria, mais nada, e podia-se arranjar financeiramente a neutralidade. Agora, a segurança e as garantias que se deram é que me chocam. Sobre o resto, a taxa e etc., não segui em profundidade, não conheço...

Uma coisa é certa, e repito: alguma coisa se fez, porque os efeitos começaram a surgir.

O Sr. **Presidente**: — O que é que lhe disseram Moedas e Vítor Gaspar para não aceitar a proposta da CESE?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Nada! Já disse, há um bocado: no fundo, não disseram nada.

Quando foi do estudo, disseram que tinha erros. Digam quais, identifiquem-nos, a gente corrige-os e avançamos, é simples!

O Sr. **Presidente**: — Passamos às perguntas do Bloco de Esquerda, a primeira das quais diz respeito à sua visão sobre a titularização da dívida tarifária.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não a segui. Naquela altura, a dívida ainda estava a crescer, era pequenina e só tive a oportunidade de me debruçar sobre isso uma única vez, eventualmente, naquele acerto.

Normalmente, uma coisa desse género que eu fazia era auscultar quer os consultores quer a ERSE. Eles davam-me o parecer e, depois, tomávamos as decisões.

Mas só fiz isso uma vez, sem prejuízo de ter percebido que foi um belíssimo negócio, depois, ao longo do tempo. Apercebi-me disso, até imediatamente depois de ter saído, exatamente dois ou três anos depois, por intermédio de um técnico que acompanhou isso. Não sei dizer mais nada.

O Sr. **Presidente**: — A próxima questão é no sentido de saber se alguma vez esteve prevista a entrega dos terrenos da REN ao Estado — se esteve prevista ou pensada, enquadrada, equacionada...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Julgo que não. Não sei quais foram os fluxos monetários de pagamentos que houve, etc.

Para mim, estrategicamente, não faz sentido aquilo estar ali. É indiferente. Agora, se houve um valor pago pela REN — e essas contas, sim,

já estão diluídas nas privatizações —, o Estado... É devolver aquilo e fazer um encontro de contas.

O Sr. **Presidente**: — A próxima pergunta é sobre a central do Pego, a compra dos terrenos e o desmantelamento da central.

Nada obrigava a que a Tejo Energia assumisse o desmantelamento. Que comentários tem a fazer relativamente a esta matéria?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Quando uma central térmica fecha, o entendimento consuetudinário, em regra, é este: a central acaba, os salvados não continuam, normalmente acabam, são tomados pela REN, que os vende, e a receita para o sistema elétrico. Era assim a tradição.

O que vai para o sistema elétrico é a receita líquida do desmantelamento. Aquilo tem um valor, mas há custos de desmantelamento e, portanto, o resultado líquido disso volta ao sistema, não é o produtor que fica com ele. Esta é a regra.

Julgo, ou melhor, sei que houve avaliações, há esses documentos e, eventualmente, há que pedi-los, porque houve...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já os pedimos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, não me leve a mal, as perguntas são feitas pelos Srs. Deputados, mas isto é uma Comissão de Inquérito.

Acho que o Sr. Engenheiro nos ajudaria a todos se, quando não tem dados concretos ou não sabe, o dissesse, porque não é obrigado a saber isto tudo. Ainda por cima, estamos a falar de épocas nas quais o Sr. Engenheiro não exercia as funções de Secretário de Estado da Energia e da Inovação, qualidade em que foi chamado a esta Comissão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas estava na REN.

O Sr. **Presidente**: — Ah!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Estava na REN, posso saber...

O Sr. **Presidente**: — Se sabe... Agora, dizer-nos: «Se há estudos, peçam-nos»...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Peço imensa desculpa.

O Sr. **Presidente**: — O que esta Comissão de Inquérito mais pediu foi papéis e mais papéis e contributos para poder esclarecer isso. Mas acho que, a esta hora, seria uma ajuda se tentássemos ser todos um pouco mais precisos.

Relativamente a esta questão da central do Pego, o Sr. Engenheiro quer acrescentar mais alguma coisa?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, não sei mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a central de Sines, a questão tinha a ver com o valor do financiamento e a estimativa dos 950 milhões de euros de lucro. Quando foi Secretário de Estado, a EDP tinha licença indeterminada. Como é que foi decidida a renovação? A base de tudo isto é o Decreto-Lei n.º 240/2004?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A margem bruta da central de Sines, nesse ano, terá andado pelos 125 milhões de euros. Portanto, se replicarmos isto, vai dar coisas assim.

Eu seria mais cauteloso, porque o CO<sub>2</sub>, o custo do CO<sub>2</sub> e as licenças vão-se complicar e a produção pode não ser a mesma. Portanto, ficar-me-ia pelo meio, mas é só uma sensibilidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, não leve a mal a interrupção. A pergunta tinha a ver não com o valor, mas com o pressuposto da decisão que, ao fim e ao cabo, levou à renovação.

Pode-se dizer, de facto, que esta necessidade que alguém sentiu de renovar este prazo surgiu por força do que está escrito no Decreto-Lei n.º 240/2004? Acho que era esta a pergunta que o Bloco de Esquerda tinha feito.

O valor é uma constatação que foi feita na formulação da pergunta e o objetivo não é tanto o de aferir se foram 950 milhões ou 875 milhões, mas, sim, o de saber os pressupostos deste prolongamento.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — É preciso ver os relatórios de manutenção de segurança de abastecimento. Julgo que está lá a existência da central até 2017.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que era o fim do CAE.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — E isso não foi alterado, julgo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi, em 2014.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, desculpe! Enganei-me, queria dizer 2027.

Estaria também previsto, naqueles mapas — até tenho aí um mapa, mas demora tempo a procurar —, que a necessidade de haver a central seria

até 2027, julgo. Mas pode-se ver os RMSA, porque isso está lá e não foi alterado.

Mais: sob o ponto de vista económico, para mim, faz todo o sentido, porque é a central mais económica que temos e é a menos poluente da Península Ibérica, em termos de CO<sub>2</sub>, porque é limpa e está bem equipada. Portanto, faz todo o sentido e tem, de facto, valor económico e valor para o sistema.

O Sr. **Presidente**: — Penso que concluímos as respostas às questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, pelo menos pela minha ordenação.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Havia uma outra pergunta que ficou por responder, que era no sentido de saber qual foi a decisão política que deu origem a esta extensão.

O Sr. **Presidente**: — Fiz essa pergunta por duas vezes, e até fiz referência, como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, ao Decreto-Lei n.º 240/2004, e o Sr. Engenheiro não respondeu. Mas posso perguntar uma terceira vez.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei.

O Sr. **Presidente**: — Já tinha percebido isso.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei.

Quando eu estava na Secretaria de Estado, o que nós sabíamos era que a EDP dizia que aquilo era dela. Eu achava aquilo muito estranho, porque não é normal.

O que é normal é que as centrais, quando acabam, revertam para o sistema elétrico e quem toma conta desse processo é a REN, aliás, fizemos isso, relativamente pouco tempo antes, em relação ao Barreiro. Foi assim que se procedeu relativamente ao Barreiro, ao Alto do Mira e a outras.

Portanto, achei estranho. Andei à procura de licença e não encontrei nenhuma e a direção-geral, aparentemente, também não. Deviam estar lá fechadas nalgum sítio...

O Sr. **Presidente**: — Passamos às questões levantadas pelo CDS.

O Sr. Deputado Hélder Amaral também fez referência a esta questão de Sines, remontando a 95. Penso que tinha a ver com as declarações que foram feitas pelo então Ministro Correia Nunes, se não me falha a memória, que dava por facto consumado que esta mesma central, ao contrário daquilo que podia parecer, era, de facto, propriedade plena da EDP desde o seu início.

Por isso, a questão, tanto quanto percebi, era no sentido de saber se alguma vez esteve em cima da mesa a reversão deste processo. Penso que era esta a questão, até porque o chefe de gabinete do Sr. Eng.º Henrique Gomes, enquanto foi Secretário de Estado, disse que tinham visto algumas ilegalidades.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a falar de Sines.

A pergunta do CDS era no sentido de saber que ilegalidades eram essas, se o seu chefe de gabinete as partilhou consigo e quais foram as ações tomadas para as corrigir.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não, as ilegalidades não foram identificadas no meu tempo. Nós andávamos, de facto, à procura da razão pela qual a EDP dizia que aquilo era dela.

Mas uma coisa é certa: essa central é uma exceção. Onde está a exceção? Ainda hoje não percebi onde está a exceção relativamente à prática das outras. Aquilo estava amortizado, houve investimentos pesados ambientais que tiveram de ser amortizados rapidamente, até ao fim do prazo, o regulador também chamou a atenção do Diretor-Geral — existem algumas cartas dessas — na altura daqueles investimentos ambientais, para o facto de estes terem de ser amortizados e para esse processo todo.

Portanto, neste caso, não é normal e há um enriquecimento, um valor sem contrapartida nenhuma para o Estado, ou para o sistema, ou para os consumidores. É a minha opinião. Aparentemente, não há e eu já o disse noutros sítios. Pode ser que haja, mas...

O Sr. **Presidente**: — Bem, compreendemos todos a resposta, que não foi bem à pergunta que foi feita, mas, para a pergunta que foi feita, não há propriamente uma resposta.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — No meu tempo, não.

O Sr. **Presidente**: — É que foi a questão que foi suscitada aqui...

Foi o seu chefe de gabinete que disse aqui que tinham detetado ilegalidades. Eu percebo a pergunta do CDS.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — No meu tempo, não.

O Sr. **Presidente**: — Foi essa a questão que foi suscitada aqui, mas não se recordando, é o que é.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Depois, voltamos a perguntar.

Bom, quanto às questões do domínio público, parte da resposta já foi dada pelo Sr. Engenheiro, sobretudo na questão das duas avaliações, mas o CDS também pergunta se, na altura, analisou o tema e se acha que todo este processo é normal.

Deixava já levantada a terceira questão, que já foi parcialmente respondida, mas poderá precisá-la mais um pouco, que tem a ver com a CESE e com a constatação — como também já aqui vimos em diferentes perguntas e respostas — de que, relativamente aos cortes que acabaram por acontecer nos diferentes setores, já todos percebemos que há aqui uma discordância relativamente ao montante, mas penso que quanto ao princípio não haverá.

Para arrumarmos as questões levantadas pelo CDS, não sei se o Sr. Engenheiro quer fazer novamente comentários sobre esta matéria ou dar algumas respostas.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Só queria fazer um comentário relativamente a todo o processo do domínio hídrico. Os avaliadores, os bancos, enfim, um avalia em três dias, o outro avalia em não sei quanto tempo... Julgo saber que não há justificação nenhuma para o facto de se utilizarem as duas taxas e por que razão não se segue o critério normal. A explicação que a EDP tem é que, por um lado, nós não percebemos nada disso, mas aquilo é a genialidade financeira.

Depois, o processo do domínio hídrico é tão interessante que há necessidade de pôr na letra da lei, muito *a posteriori*, como é que se calcula. O Decreto-Lei n.º 226-A/2007 tem um artigo que se preocupa em dizer: estes fluxos calculam-se assim e os outros fluxos a mesma coisa, isto meses depois de ter a avaliação e de ter acontecido isso. Eu apercebi-me disto ao estudar agora os *dossiers*, não na altura. Acho muito interessante este processo.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, podemos passar às perguntas do Sr. Deputado Bruno Dias.

A primeira tinha que ver com os cortes – aliás, penso que esta questão já foi largamente respondida – e a terceira tinha que ver com a questão dos processos em Espanha, tendo o Sr. Engenheiro respondido há pouco.

Vamos, então, à segunda questão, que ainda não foi abordada, e que tem que ver com o valor estratégico do monopólio da bombagem, que o Sr. Engenheiro referiu aqui.

O Partido Comunista gostava que o senhor discorresse um pouco sobre a importância da estratégia da bombagem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E em que termos foi identificada e considerada.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Em que termos? Decorre da evolução dos diplomas e do processo de todos aqueles diplomas.

Segundo nos apercebemos, segundo algumas audições — não as vi todas — decorre disso. O correto, quanto a mim, teria sido fazer concursos internacionais, partindo de bacia a bacia e fazendo...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença. Sr. Presidente?

A questão muito simplesmente era se essa observação surge agora, no decorrer desta reflexão e deste debate, ou se surgiu antes, em algum momento.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Isto foi feito em 2007. Na altura, ou pouco tempo depois, o Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, que já estava na Endesa, insurgiu-se contra esse facto, mas isso era o interesse da Endesa a falar. Mas

eu acho que ele tinha razão: não pôr aquilo tudo em bloco, porque era um risco, mas cortar bacia a bacia e pôr... Qual é o problema? Qual é a diferença entre isso e a situação em que estamos agora?

O Sr. **Presidente**: — Ou seja, uma boa pergunta para colocar amanhã ao Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, que virá a esta Comissão.

A pergunta seguinte tem como propósito saber se o Sr. Engenheiro consegue explicar melhor estas relações entre CAE e CMEC, fazendo até referência a uma frase sua: «CMEC são maus de mais». Será que podia esclarecer melhor as dúvidas que, ao fim e ao cabo, tem relativamente a esta matéria?

Acho que podemos somar a esta a pergunta seguinte, que tem que ver com a garantia de potência e com as questões de interruptibilidade. São mesmo necessárias? Como avalia as alterações feitas hoje?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Não sei em que contexto é que o disse, mas é natural que tenha dito isso.

Assisti à necessidade que o meu colega de administração, naquela altura, Vítor Baptista — que tinha acompanhado o processo na REN —, teve de mandar o relatório onde ele tinha estado envolvido ao Sr. Secretário de Estado.

Portanto, nós sabíamos — e eu vim a saber mais tarde, depois, mais em detalhe —, nós conhecíamos o parecer do regulador, tínhamos as nossas contas feitas, boas ou más, mas eram os referenciais que tínhamos e nós sabíamos que os CMEC iam correr mal. O princípio está corretíssimo: neutralidade financeira. O problema foi, depois, na transformação e no «cozinhado»...

O Sr. **Presidente**: — Sobre a garantia de potência e interruptibilidade, que avaliação faz? Se é necessária ou não?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — A garantia de potência não sei se, neste momento, é necessária. No meu tempo, não era. É preciso olhar para os relatórios de manutenção de segurança de abastecimento.

O Sr. **Presidente**: — No seu tempo como Secretário de Estado?

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sim, não era.

Admito perfeitamente que seja, até porque, com os objetivos que o Governo tem em relação à transição energética, vamos ter — e há relatórios de impacto, eu também os tenho, demora algum tempo, mas posso mandá-los — em 2020 uma central térmica a gás a funcionar a cerca de menos de 10%. Mas ela precisa de lá estar. Já não há carvão! Aliás, ainda vamos precisar de uma outra por razões de segurança, etc. Mas ela precisa de lá estar, ainda que... E não podemos ter uma política energética desgarrada da que tem Espanha. Não faz sentido nenhum! Enquanto estive no Governo, naqueles nove meses, pedi uma reunião em Espanha, nas vésperas do anúncio de eleições, e, depois, voltei a encontrar-me com o Ministro espanhol numa reunião sobre energia em Bruxelas para tratar e para articular os assuntos. Por isso, não faz sentido...

Sobre a interruptibilidade, há muitas maneiras de... O Sr. Secretário de Estado Seguro Sanches tentou encontrar e arriscou alguma coisa, mas fez bem.

Para mim, a minha preocupação com a interruptibilidade era o facto de ela ser, digamos, um subsídio à indústria e isso era crítico para a siderurgia, porque, naquele tempo, estavam a fechar as siderurgias todas e na Península Ibérica, aliás, tinham desaparecido dois grupos. Havia um

mesmo grupo, naquela altura, a sobreviver, que está no Seixal e lá em cima... Se nós retirássemos a garantia de potência àquilo, o que acontecia? Aquilo era um estímulo. Pelo menos, pensavam duas vezes se continuavam cá. E o resto da indústria também. Para mim, era um subsídio à indústria, mas é um subsídio que não é nada de especial.

Tinha, também, outra preocupação: guardar as proporções devidas com aquilo que Espanha estava a fazer. Se eles tinham cerca de 250, cinco vezes a economia, para mim os 50 não estavam mal de todo. É um subsídio à indústria... Mas, por exemplo, quem dá subsídios à indústria são os franceses, os alemães que os dão «em barda». Aliás, foram apanhados e houve muitas queixas, há cerca de dois ou três anos, e a doutrina alterou-se. Agora, pode haver apoios à indústria, desde que sejam exportadores para fora da Europa. Está a perceber? Portanto, neste momento existem subsídios, mas isto tem um custo. Tem custo sobre o sistema energético para ajudar a economia. É uma decisão política e eu acho que é válida. Se pudermos retirar isto, se não se justificar... Creio que o Seguro Sanches andou a ver o que iria afetar e teve o mesmo cuidado que eu tive em relação à cogeração. Isto tem de ser feito e tem de ser feita uma análise política e, depois, tomar uma decisão.

O Sr. **Presidente**: — Há ainda três perguntas, Sr. Engenheiro. Uma que já foi respondida, que tinha que ver com a avaliação do tal *mix* e da necessidade de termos mais respostas.

Uma outra que tinha que ver com o que foi dito pela APREN, ou seja, acerca do papel das eólicas, enfim, dos ganhos das renováveis em geral, das consequências a nível do preço num futuro próximo ou mais longínquo. Não sei se quer já comentar esta questão.

Temos, também, uma terceira pergunta final que tem que ver com aquilo que o atual titular da pasta tem vindo a anunciar, e já falámos no solar,

da existência ou não das tarifas *feed-in* que, supostamente, não iriam existir, mas que agora parece que já existem, será que isto não vai, de alguma forma, levar a uma contradição com aquilo que se vinha fazendo. Acho que esta era a pergunta do PCP.

Com estas respostas, terminávamos assim a segunda ronda.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Essa argumentação, no fundo, sobre quais são as externalidades de ter as renováveis... São bastantes, são boas e, essencialmente, ambientais e, também, a balança comercial, etc. Mas a balança comercial é indiferente, pois se as minhas compras e as minhas aplicações forem suficientes do ponto de vista financeiro é indiferente se eu for comprar, se pago cá ou se pago lá; é completamente indiferente! Essa preocupação tem 20 ou 30 anos. Ou, então, existe quando não temos acesso, ou temos as finanças descontroladas, ou estamos em falência, etc., mas não é o caso. Portanto, em condições normais isso é perfeitamente indiferente, tem é de se comprar bem e vender eficientemente.

Há uma coisa que, curiosamente, eles nunca põem na equação. Os acionistas — que neste momento são quase todos estrangeiros, porque os portugueses já venderam as suas rendas e agora quase que «titularizaram» os contratos — têm direito à remuneração e a levá-la para fora. Se houver rendas excessivas, a balança primária desequilibra-se e tem um efeito altamente negativo das rendas excessivas no... Nunca ninguém fala nisto.

Outro princípio é o que tentei enunciar logo no início. Com as tarifas eles não têm risco, o único risco que têm é o de produção, que depende deles. E essas tarifas, se forem elevadas, têm de ser reduzidas para lhes dar a rentabilidade justa de *benchmarking* internacional. A gente olha para o lado e vemos onde estamos e há rendas excessivas. Mas se for justo, a rentabilidade está assegurada.

Argumentar com outras externalidades positivas para aumentar os rendimentos não é legítimo. Isso pertence à sociedade, o recurso pertence à sociedade, eles não têm de ganhar dinheiro porque a balança de pagamento é isto ou aquilo. Isso tem a ver com outra coisa — e aí eles têm razão: com aquelas externalidades todas, etc., as renováveis são boas, é verdade, são boas desde que não tenham efeitos do tal monstro elétrico, etc., etc., mas isso já se está a atenuar. Foram erros que se pagaram muito caro, muito depressa, etc., mas isso está a atenuar-se.

Portanto, as renováveis são boas, mas também lhe digo, como não têm *backup* no preço deles quando vão a mercado, devem internalizar esses custos para estarem em igualdade. Mas essa vai ser a grande discussão dos próximos anos para as estruturas dos novos mercados, etc..

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, termina, assim, a segunda ronda.

Tenho indicação de que o PS, o PSD, o Partido Comunista Português e o CDS querem fazer uma terceira ronda.

Vou pedir ao Sr. Vice-Presidente que me substitua e, com a vossa permissão, vou retirar-me, a ver se giro o meu estado febril.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Luís Moreira Testa.*

O Sr. **Presidente**: — Boa noite, Sr. Engenheiro.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do Grupo Parlamentar, faça favor.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, regressemos, uma vez mais, ao famoso estudo sobre as rendas excessivas, que encomendou enquanto Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Engenheiro disse: «Bom, não encontrei lá nenhum erro, estou convencido, ainda hoje, que não têm nenhum erro e quando desafiei os meus colegas de governo eles também não identificaram quais são os erros».

Vamos partir desse pressuposto. Vou fazer-lhe duas perguntas, uma tem a ver com as rendas excessivas na produção eólica e outra tem a ver com as rendas excessivas no âmbito dos CMEC, socorrendo-me, nem mais nem menos, de um estudo de que aqui já falámos recorrentemente.

O Sr. Engenheiro referiu diversas vezes que existem lucros anormais no que se refere à PRE, nomeadamente à produção de energia eólica. Sr. Engenheiro, Anexo 4, página 3 deste estudo, já traduzido. Podemos lê-lo, agora com a minha tradução: «Nestes termos, podemos concluir que a rentabilidade típica observada nos projetos de parques eólicos portugueses seguiu o mesmo padrão e o mesmo intervalo dos observados noutras referências europeias, como sejam a Alemanha e a Espanha».

Portanto, no que diz respeito à PRE, seja a PRE eólica e à eólica em particular, o estudo apresentado neste relatório conclui, na página 11, que a rentabilidade média dos projetos foi de 6,2% para o período entre 2000 e 2010, que é virtualmente idêntica à média do custo exigível, que é de 6,1%.

Sr. Engenheiro, se assim é, o estudo contraria a sua afirmação de que existem rendas excessivas na produção eólica, ou, então, cá está o primeiro erro desse estudo nesta conclusão.

O estudo elaborado considerou as seguintes componentes para a composição da taxa de remuneração dos CMEC: a taxa de remuneração dos CAE atribuída em 1996, a metodologia e a taxa WACC utilizada no cálculo do valor inicial dos CMEC em 2007 e o efeito da extensão da concessão do domínio hídrico público.

Vamos, então, decompor as duas primeiras.

Sobre a taxa de remuneração dos CAE atribuída em 1996 não temos nenhuma referência se ela era considerada alta ou baixa. O que sabemos é

que a ter acontecido uma renda excessiva ela foi parar integralmente ao Orçamento do Estado e não foi parar, portanto, ao bolso dos acionistas privados da EDP.

Já quanto à metodologia do cálculo dos CMEC, esta foi validada pela Comissão Europeia e corroborada pelo ISEG e pelo Prof. João Duque, sendo que, e vou concluir, Sr. Presidente, esta taxa está próxima do valor mais baixo definido como adequado por este mesmo estudo, bem como pelo estudo elaborado pela CEPA que é apresentado como Anexo 3.

Pergunto, então, Sr. Engenheiro, se este estudo está errado ou se é o Sr. Engenheiro quem está errado, nas conclusões que tirou baseando-se neste mesmo estudo.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento novamente o Sr. Engenheiro.

Quero deixar-lhe apenas três ou quatro notas, em jeito de conclusão desta audição.

Ficou claro nesta audição que o Sr. Eng.º Henrique Gomes saiu do governo por divergências com um conjunto de matérias, nomeadamente com a questão da não aplicação da CESE, mas também porque lhe pediram para não fazer um conjunto de afirmações, nomeadamente em relação às rendas excessivas.

Contudo, existem duas ou três matérias sobre as quais gostaria de lhe colocar algumas questões.

O estudo da Cambridge, de janeiro de 2012, que tem sido muito citado: considera ou não que as entidades a quem solicitou o estudo tinham ou não

credibilidade para o realizar, até porque já foi aqui questionada a credibilidade das mesmas entidades?

Além disso, em relação aos estudos contraditórios que existem, pergunto-lhe se as próprias instituições têm ou não credibilidade para os fazer. Também temos de levantar esta questão.

Em relação ao estudo que, passadas poucas horas, pelo que veio na comunicação social e que também já foi aqui afirmado, estaria na EDP, queria questionar o Sr. Engenheiro se tem ideia de quem poderá ter passado essa informação para a EDP. Se entregou o estudo ao Sr. Primeiro-Ministro também gostaríamos... Se desconfia de alguém em particular que tenha colocada essa informação na EDP.

Outra matéria tem a ver com o acordo de outubro de 2011, a existência ou não de acordo de 2011, e que também já foi aqui debatido na audição do Dr. Eduardo Catroga. Queria questioná-lo como correu esse processo, se existiu ou não acordo entre o governo e a EDP ou se era apenas um princípio de entendimento que nunca chegou a acontecer.

Uma última nota política: ficou aqui demonstrado que os valores que o anterior Governo, de forma algo propagandística colocou, não correspondem à realidade em relação aos cortes da energia. Podem ter existido alguns cortes, mas nunca nos valores que foram anunciados. Queria também sublinhar que, já na atual Legislatura, o défice tarifário baixou de 5000 milhões de euros para 3,6 mil milhões de euros.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu acrescentava só aquela ideia de que uma coisa é cortar, outra coisa é adiar ou ir alargando duas

prestações. Ao princípio até parece que estamos a cortar, mas depois paga-se mais.

Tinha uma pergunta que ainda gostaria de colocar, relativamente às concessões em média tensão e alta ou muito alta tensão, que é um assunto que tem sido pouco debatido, mas que no último processo de Orçamento do Estado, no Orçamento do Estado para 2019, o PCP fez uma proposta no sentido da renegociação dos termos das concessões em média, alta e muito alta tensão, atribuídas à EDP Distribuição e à REN.

De facto, não se percebe muito bem porquê, mas estas concessões — EDP Distribuição, média tensão; REN, alta e muito alta tensão — foram atribuídas gratuitamente. Nem foi respeitado o enquadramento jurídico geral, em que se devem respeitar as concessões dos serviços públicos deste tipo e desta natureza. Gostaria de pedir-lhe a sua opinião sobre esta questão.

Já que falamos de rendas, também podemos falar daquelas que nem sequer contam para a nota. Porquê não obter rendas provenientes destas concessões, a repercutir no sistema elétrico nacional para diminuição dos custos de interesse económico geral — dito assim *lato sensu* — no processo dito de «aditividade tarifária» conduzido ao nível do regulador?

Uma última pergunta, que tem a ver com uma referência que o Sr. Eng.º fez há duas rondas, tem a ver com a crítica que às vezes foi feita a quem apontava a questão das rendas excessivas, e que falava-se menos, criticou-se menos os que tentaram «varrer para debaixo do tapete» essas rendas — foi a expressão que o Sr. Eng.º utilizou. Para que não fiquemos nas meias-tintas, pergunto-lhe, concretamente, em quem é que o senhor estava a pensar quando disse «aqueles que varreram para debaixo do tapete». Acho que teria interesse para clarificarmos do que se trata.

São estas as questões que tenho para lhe colocar.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — O Sr. Engenheiro tem aqui um conjunto de perguntas que lhe foram feitas, também não é assim um conjunto tão alargado e há até algumas delas que lhe foram feitas simultaneamente por parte de alguns partidos.

Tem, então, a palavra para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Relativamente à primeira pergunta, não me recordo em pormenor do estudo, obviamente, é difícil.

De qualquer modo, no estudo tivemos cuidado em relação a uma coisa. Há sempre uma zona de indiferença ou de indecisão: podemos utilizar esta taxa, mas estas taxas variam entre  $x$  e  $y$ , vamos lá fazer os cálculos. Nós jogámos sempre não pelo mais exigente, mas por aquilo que tinha uma margem relativamente confortável. Quem foi o nosso consultor para a PRE foi a AT Kearny, que conhecia o parque, tinha a base de dados do parque. Obviamente que depois os cálculos financeiros foram feitos pela minha equipa, quer no caso da Cambridge, que identificou os  $\beta$  (beta), portanto, o *benchmarking* correlativamente ao mercado. Foi tudo feito pela minha equipa e, como disse há bocado, por uma equipa da ERSE, também.

Tal como disse há bocado, o que foi apanhado nesse relatório foram poucos excessos relativamente à PRE. Há pouco, há zonas em que até nem há excesso e há outras em que é pouco excessivo.

Portanto, o relatório não foi minimamente manipulado,...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu não disse isso!

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — ... porque se o quiséssemos fazer tê-lo-íamos feito, no entanto aquela era a nossa referência, até porque nos estávamos a enganar a nós, porque se íamos para negociação tínhamos de ir com os pés assentes, não é?

Agora, tudo isto é naquela altura, também. Se quiser, havia uma desconfiança ou quase uma certeza que não se terá confirmado neste relatório relativamente às eólicas.

Mas, já nessa altura, olhando para os relatórios da EDP, onde isso se pode ver muito facilmente, e são sempre atualizados, de três em três meses nós temos relatórios desses, nós sabemos da existência de rentabilidades bastante maiores do que nos outros sítios. Não lhe posso dizer mais do que isto, Sr. Deputado, porque não sei.

Os estudos foram o mais sério possível para ter um referencial, o melhor possível, não tínhamos segundas intenções, queríamos era cortar aquilo que determinássemos. Julgo que isso é claro.

Quanto à credibilidade da CEPA o seu currículo fala por si, não é uma questão...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Na resposta que me deu acabou de dizer exatamente o contrário...

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Diga?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Acabou de dizer exatamente o contrário.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Da CEPA?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — A CEPA produziu aquele estudo que eu invoquei que é um anexo a este relatório pra justificar...

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Se o Sr. Deputado quiser precisar melhor...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Havia só uma contradição entre a resposta que me foi oferecida e a resposta que está a ser dada agora, mas não tenho o direito de o interpelar nesse sentido.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Sr. Engenheiro, pode continuar, por favor.

O Sr. Eng.º **Henrique Gomes**: — Sobre a credibilidade da CEPA o que tenho a dizer é o seguinte: é acompanhar o currículo, o portfólio deles e ver o trabalho científico deles.

Sobre se os estudos contraditórios têm credibilidade, pelos argumentos que eu ouvi não, mas eu não conheço os estudos. Mas isso é uma coisa que... Por que é que não se faz uma arbitragem científica? É simples!

Aquilo que sei e aquilo que também investiguei é que o WACC é a metodologia quase universal em toda a Europa e tenho até aqui um relambório da listagem de quais os países que utilizam isto para as infraestruturas.

Os espanhóis há pouco tempo tiveram de fazer a mesma coisa, isto é, ver qual é a rentabilidade que eles aceitam para a energia eólica e, salvo erro, é 5,70% ou 7,50%, qualquer coisa assim, e foi o WACC que utilizaram e justificam, porque esses estudos justificam.

Tanto quanto sei, esses estudos, de que me está a falar, e que eu não conheço parece que passam por cima dessa justificação da utilização das duas taxas, etc.

Pode ser-se muito imaginativo, mas a imaginação pode dar-nos também para fazermos aquilo que queremos.

Sobre se tenho alguma ideia de quem entregou a informação à EDP, não tenho ideia nenhuma. Foi! Pouco tempo depois estavam a telefonar a perguntar que relatório era aquele, o que não quer dizer que já o tivessem.

Sobre se o acordo de 4 de outubro existe ou não, eu respondi que não houve acordo nenhum! A minha interpretação é que aquilo foi uma tentativa de fechar, daí, eventualmente – e puxando pela memória, eu não assisti estava no gabinete ao lado –, terá sido isso que o Dr. António Mexia foi fazer ao ministro, dizendo-lhe: «estão aqui as propostas que andamos a fazer e que o Secretário de Estado não tem aceite. É isto!». Ora, isto terá sido interpretado como um acordo, mas foi rejeitado que era um acordo.

Mais: há uma carta, de um grande acionista português da EDP, ao Primeiro-Ministro a queixar-se que nós não tínhamos cumprido o acordo.

Sobre se houve um princípio de entendimento, digo que nem isso houve. O entendimento foi sobre o modelo, isso, sim, e executámos, etc., Depois, os objetivos eram políticos, não era a EDP que... Então, os 2% chegam? Não chegam, não eram esses os nossos objetivos e que o Ministro assumiu sempre. Máximo 1,5%, ao longo dos anos, de todos os anos 1,5% e o nosso objetivo é mesmo eliminar o défice; não é andar a brincar com a dívida ou a manter a dívida...

Portanto, não houve qualquer princípio de entendimento – aliás, esse foi um comentário político e eu não me meto nisso.

Quanto às condições de negociação das concessões em média tensão e alta ou muito alta tensão, posso dizer-lhe que as concessões vêm de *in illo tempore* e são as concessões que dão valor à empresa, porque a REN, por exemplo, não tem outra escolha senão as concessões e os seus ativos, pois, praticamente, não tem atividade e esse valor – não os ativos, mas a rentabilidade dos ativos – está privatizado. Portanto, acho muito difícil que se possa mexer, acho que é mesmo impossível.

Não foram oferecidas às empresas, foram negociadas com as empresas e o Estado recebeu esse dinheiro, depois nas ações...

Agora, quando acaba a concessão, todos os ativos retornam ao concedente, como é normal numa concessão e como é normal, também, na produção ordinária.

A minha opinião sobre quem tentou «varrer para debaixo do tapete» essas rendas excessivas. Quem o fez? Quem o fez foi quem não se mexeu, ou não pôde mexer, ou esteve entretido com outras coisas... Não sei! Mas isto é uma coisa que «queima», que é mexer em quem está bem.

Há bocado, eu comentava isso com o Deputado Hélder Amaral: nós temos de ter numa regulação forte e uma Administração Pública com uma supervisão o mais forte possível e independente. Estes são setores que são poderosos e que são quase monopólios. Estão privatizados, é uma opção, mas o princípio de privatizar é desde que haja uma regulação forte; se ela não existe... é uma confusão depois.

Uma outra coisa que eu gostava de dizer é o seguinte: nunca se vê, em lado nenhum, tomar uma decisão baseada em quantificação económica. As opções têm de ser quantificadas. A política ambiental, etc., tem de ser quantificada. O que é que isto impacta nas tarifas, na economia, etc.? São só coisas boas, os preços estão a descer, o ambiente, etc.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Não sei se algum dos Deputados deseja usar o tempo que lhe é facultado, do ponto de vista regimental, para colocar alguma pergunta.

*Pausa.*

Não havendo essa intenção, resta-me agradecer ao Sr. Engenheiro, em nome da Comissão de Inquérito.

Srs. Deputados, cá estaremos amanhã para continuar os nossos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

*Eram 22 horas e 12 minutos.*

DIVISÃO DE REDAÇÃO.